

 $T \in X T \cap S$  $N \in P \cap O$ 

89

CAMPINAS, MAIO DE 2020



ESPAÇOS REGIONAIS DA AGRICULTURA GLOBALIZADA E AS NOVAS MIGRAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

NATÁLIA BELMONTE DEMÉTRIO

#### UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

#### Reitoria

Prof. Dr. Marcelo Knobel - Reitor

#### **Pró-Reitorias**

Prof. Dra. Eliana Martorano Amaral — Pró-Reitora de Graduação Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia — Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof. Dr. Munir Salomão Skaf – Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto — Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário

Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto — Pró-Reitor de Extensão e Cultura

# Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa

Dra. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel

# Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó"

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob - Coordenador

Dra. Maísa Faleiros da Cunha – Coordenadora Associada

# Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES Editora dos Textos NEPO

Dra. Glaucia dos Santos Marcondes Dra. Laeticia Rodrigues de Souza

Dra. Luciana Correia Alves

# Edição de Texto: Preparação/Diagramação

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

# Revisão Bibliográfica

Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br





# FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Demétrio, Natália Belmonte.

Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil / Natália Belmonte Demétrio. — Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" / Unicamp, 2020.

87p.

(Espaços regionais da agricultura globalizada e as novas migrações do agronegócio no Brasil, TEXTOS NEPO 89).

1. Globalização. 2. Agronegócio. 3. Migração internacional. 4. Brasil. I. Título. II. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituição.

SÉRIE TEXTOS NEPO

T

**EXTOS NEPO** — publicação seriada do Núcleo de Estudos de População "Elza

Berquó" da UNICAMP – foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas

no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-

Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de

cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados oitenta e nove

**números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às

linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área

de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de

constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla,

abrangendo organismos governamentais ou não governamentais - acadêmicos, técnicos e/ou

prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso

se dá através do endereço eletrônico: http://www.nepo.unicamp.br.

Dr. **Alberto Augusto Eichman Jakob** 

Coordenador

Dra. Maísa Faleiros da Cunha

Coordenadora Associada

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. A reestruturação da atividade agropecuária: o que mudou?	8
1.1 As configurações sócioespaciais do agronegócio e os estudos sobre redistribuição esp da população	
1.2 Globalização da agricultura e migrações Sul-Sul: primeiras aproximações	11
2. Agronegócio, migração internacional e mercado de trabalho	14
2.1 O arranjo da soja	16
2.2 O arranjo do café	25
2.3 O arranjo da celulose	33
2.4 O arranjo da cana-de-açúcar	41
2.5 O arranjo da carne de frango	50
2.6 O arranjo da carne bovina	59
2.7 Arranjo da laranja	68
3. Agronegócio e migrações internacionais: um balanço geral	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	83

# ESPAÇOS REGIONAIS DA AGRICULTURA GLOBALIZADA E AS NOVAS MIGRAÇÕES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL<sup>1</sup>

#### RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo analisar a dinâmica espacial do agronegócio brasileiro, as transformações na estrutura do emprego desencadeada por esse modelo de produção e a presença crescente de imigrantes internacionais do Sul Global em sete seguimentos específicos: soja, cana-de-açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina, café e laranja. Ao acompanhar o desempenho desses setores no período 2006 a 2017, a pesquisa ressalta a relação entre expansão da agricultura científica e globalizada e os novos rumos da migração interna e internacional no país, abrindo uma ampla agenda de pesquisa sobre urbanização, agronegócio e dinâmica da população. Do ponto de vista metodológico, a identificação dos espaços privilegiados de produção de commodities tensiona as regiões definidas por critérios político-administrativos, lançando o desafio de pensar formas alternativas de compartimentação do espaço geográfico. Nesse propósito, o mapeamento das estimativas produzidas pelos Censos Agropecuários 2006 e 2017 constitui um primeiro esforço de construção dos arranjos urbanos-rurais regionais dos seguimentos considerados. Às informações do IBGE, somam-se os registros administrativos do Ministério da Economia (Relação Anual de Informações Sociais), base de dados por meio da qual são analisadas as transformações na estrutura do emprego e a participação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal nos sete setores de interesse.

Palavras chave: Globalização. Agronegócio. Migração internacional. Brasil.

# **ABSTRACT**

This work aims to analyze the spatial dynamics of Brazilian agribusiness, the changes in the employment structure triggered by this production model and the growing presence of international immigrants from the Global South in seven specific segments: soy, sugar cane, beef chicken, cellulose, beef, coffee and orange. By monitoring the performance of these sectors in the period 2006 to 2017, the research highlights the relationship between the expansion of scientific and globalized agriculture and the new directions of internal and international migration in the country, opening a wide research agenda on urbanization, agribusiness and population dynamics. From a methodological point of view, the identification of privileged spaces for the production of commodities tensions the regions defined by political-administrative criteria, posing the challenge of thinking about alternative forms of compartmentalization of the geographical space. In this regard, the mapping of the estimates produced by the Agricultural Censuses 2006 and 2017 constitutes a first effort to build the regional urban-rural arrangements of the segments considered. In addition to the IBGE's information, the administrative records of the Ministry of Economy (Annual List of Social Information) are added, a database through which transformations in the employment structure and the participation of international immigrants in the formal labor market are analyzed. seven sectors of interest.

**Keyword:** Globalization. Agribusiness. International migration. Brazil.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Esse trabalho resulta das pesquisas desenvolvidas ao longo do pós-doutorado em Demografia, realizado no Nepo/Unicamp, entre os anos de 2017 e 2020, com financiamento do CNPq (bolsa PDJ, processos 155915/2018-5 e 150645/2017-1), e dos esforços empreendidos no âmbito do projeto "Espaços regionais da agricultura globalizada em São Paulo: trabalhadores rurais e migrantes": uma parceria entre o Observatório das Migrações em São Paulo e o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria do Trabalho do município de Araraquara. Equipe: Rosana Baeninger (coordenação), Natália Demétrio (vice-coordenação), Joice Domeniconi, Raquel Jakob, Rogério Ozelo, Sophia Rôvere e Salvador Lou Vega. Para maiores informações, acessar: http://www.nepo.unicamp.br/pesquisa/observatorio/banco regionais.html. Acesso em: 27 abr. 2020.

# **INTRODUÇÃO**

No âmbito do grupo de pesquisa Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo/Unicamp – CNPq/MPT), esse trabalho tem por objetivo avançar na identificação das espacialidades regionais do agronegócio no Brasil, na análise das reconfigurações que esse fenômeno traz na hierarquia do emprego e na dinâmica da imigração internacional. Diante da consolidação do país como um dos principais produtores de commodities do mundo (BRANDÃO, 2007), o artigo apresenta a chegada de novos imigrantes internacionais (BAENINGER, 2017) como um fenômeno que também perpassa a reestruturação produtiva financiada pelas corporações agroindustriais transnacionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Desde o enfoque do transnacionalismo (GLICK-SCHILLER, 2007), serão discutidas as inter-relações entre urbanização e agronegócio (CANALES; CANALES, 2013), as transformações na estrutura do emprego (RIELLA; MASCHERONI, 2015) e as reconfigurações dos processos migratórios internacionais (BAENINGER, 2014).

Em termos metodológicos, as informações fornecidas pela Secretaria da Indústria, Comércio Exterior e Serviços permitirão distinguir as principais commodities agropecuárias de exportação no Brasil (soja, cana-de-açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café) (BRASIL, 2018). Além desses seguimentos, o trabalho considerou também o setor da produção de laranja, haja vista sua relevância no Estado de São Paulo. Definido os setores privilegiados nessa análise, as estatísticas oferecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censos Agropecuários 2006 e 2017; Pesquisas Agropecuárias Municipais de 1974 a 2017) iluminarão a evolução na produção e as principais regiões produtoras. Por fim, as estimativas de vínculos formais de trabalho, extraídas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-Ministério da Economia), sobre setor de atividade, nacionalidade, escolaridade e ocupação, subsidiarão a análise da estratificação do emprego no agronegócio e a participação desigual de imigrantes internacionais nos nove grupos ocupacionais discriminados pela Classificação Brasileira de Ocupações.

A título de considerações finais, são reafirmadas as mudanças na forma de geração e distribuição de riquezas características do modelo *agribusiness* de produção (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), que remetem tanto a uma globalização por cima — expansão dos cargos de gerência e inovação tecnológica — como a uma globalização por baixo: criação de empregos com baixa qualificação profissional, menor estabilidade e maior exploração do trabalho (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003). Esse fenômeno expressa a desigualdade que acompanha as frentes de reprodução da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003a), apresenta a migração internacional como dimensão importante dessa reestruturação produtiva e abre uma ampla agenda de pesquisa sobre migração internacional, transição demográfica (CCGE, 2008) e a hierarquia das nacionalidades que perpassa a estrutura sócio ocupacional do agronegócio.

# 1. A reestruturação da atividade agropecuária: o que mudou?

São muitos os conceitos voltados à análise das mudanças no setor agroindustrial em tempos de globalização (SASSEN, 1998; HARVEY, 1992; SANTOS, 2013). A proposição teórica da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003a e 2017), por exemplo, associa o fim do crédito público subsidiado à abertura econômica dos anos 1980 e à emergência de uma nova fase da modernização agropecuária, subordinada desde então aos interesses do capital financeiro.

Na mesma linha, Gras e Hernández (2013) identificam o agribusiness a partir de dois pilares fundamentais: a revolução tecnológica e as limitações das funções reguladoras dos Estados nacionais. No processo histórico de formação desse modelo de produção, as autoras ressaltam dois pontos de convergência principais: um, em meados do século XX, quando se popularizaram o uso de insumos industriais na agricultura; e outro, já nos anos 1980, quando a crise da dívida externa na América Latina inseriu a atividade agropecuária desses países dentro de uma matriz transnacional de produção de insumos, impulsionando os sistemas de crédito oferecidos pelas multinacionais e uma nova divisão global do trabalho agrícola (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Também o conceito de organização em rede do agronegócio (MAZZALI, 2000) destaca o relativo desmonte dos Complexos Agroindustriais (CAI) da década de 1970 (DELGADO, 1985), com suas estruturas de integração intersetorial reconfiguradas diante da liberalização econômica e desadensamento de diversas linhas de produção nacionais, seguindo uma tendência de "substituição de fornecedores locais por importados" (BRANDÃO, 2007, p. 157). Em contraposição à maior coesão do CAI, costurado pelo financiamento público dentro de um projeto nacional de desenvolvimento, a organização em rede do agronegócio caracteriza-se pelo caráter mais frouxo da relação entre seus agentes econômicos, seja em função das mudanças na forma de pagamento entre produtores rurais e agroindústria – atrelando o preço do produto à cotação da commodity na bolsa de valores –, seja por conta da multiplicação das terceirizações como estratégia de redução de custos fixos no setor (MAZZALI, 2000).

De forma semelhante, a bibliografia sobre complexos agroindustriais transnacionais, ou macro-CAI (SILVA, 1994), chama atenção para a reformulação do equilíbrio de forças decorrente da globalização. Na interpretação deste autor, a emergência de novos grupos de poder e as redefinições do papel do Estado alteraram a 'orquestração de interesses' característica do CAI dos anos 1970. As corporações multinacionais, agências de investimento, de inovação tecnológica, de publicidade e propaganda compõem novos atores que, juntamente com os tradicionais (agricultores e industriais) se enfrentam e se cooperam. Sem capacidade de crédito para financiamento da produção, o Estado passa a se destacar como árbitro do conflito entre tais agentes (SILVA, 1994).

Em comum, esses diferentes aportes teóricos evidenciam as mudanças no papel do Estado (HARVEY, 1992; HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010), o alto ritmo de inovação tecnológica (ELIAS,

2003a; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) e a centralidade das reformas neoliberais na garantia à maior circulação do dinheiro, alavancando o processo de fusão e aquisição entre diferentes capitais e a formação das corporações transnacionais (HARVEY, 1992). Dentre os principais grupos que comandam o agronegócio no Brasil, Corrêa (2012) distingue tanto empresas de origem nacional (como JBS, Brasil Foods, Fisher), quanto de origem estrangeira (Bunge, ADM, Louis Dreyfus, Cargil), com atuação privilegiada nos segmentos de carne, grãos e sucroenergético. Sob intervenção dessas organizações, estrutura-se uma atividade agropecuária regida por parâmetros globalizados de preços, formas de organização do trabalho e da produção, com rompimento das solidariedades orgânicas construídas em nível local e regional (SANTOS, 2013).

Impulsionada por uma especialização produtiva mais potente, o comportamento desses capitais induz a formação de regiões competitivas agroindustriais (CASTILLO; FREDERICO, 2010), regiões produtivas do agronegócio (ELIAS, 2017), plataformas transnacionais de commodities (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) ou arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017), onde se concentram a redefinição da dinâmica da população trazida pelo agronegócio (CANALES; CANALES, 2013), as transformações na hierarquia do emprego (ELIAS, 2003b; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013), na estrutura produtiva e fundiária de diferentes regiões. Sem a pretensão de esgotar as múltiplas faces da reestruturação produtiva desencadeada pela ação dessas empresas, nos diversos segmentos em que atuam (CASTILLO; FREDERICO, 2010; CORRÊA, 2012; MAZZALI, 2000), esse trabalho ilumina — ainda que de modo preliminar — apenas uma dimensão dessas mudanças: a presença de imigrantes internacionais em diferentes setores produtivos (soja, cana-de-açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café) e em diferentes estratos ocupacionais, desde as ocupações de maior qualificação — os trabalhadores do conhecimento (FLORIDA, 2012) — até os cargos para os quais são exigidas menor escolaridade: os assalariados rurais do agronegócio (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

# 1.1 As configurações socioespaciais do agronegócio e os estudos sobre redistribuição espacial da população

A consolidação do Brasil na divisão internacional do trabalho como um dos principais produtores de commodities do mundo (CANO, 2011) cimenta novas articulações entre cidades e regiões do país (BRANDÃO, 2007). Canales e Canales (2013), ao analisar as inter-relações entre urbanização, globalização da agricultura e divisão internacional do trabalho, discutem a emergência de um novo modelo de desenvolvimento na América Latina, no qual são fortalecidas espacialidades rurais que rompem com os tradicionais fluxos campo-cidade e a chamada transição urbana. Diferente do modelo vigente entre os latino-americanos até meados do século XX, a atual dinâmica de produção de commodities diferencia-se por apresentar um padrão de residência urbano e por refletir um contexto mais amplo de crise da industrialização por substituição das exportações

(CANALES; CANALES, 2013). No conjunto, esses processos reforçam o fenômeno denominado pelos autores de agropolização: a combinação de um padrão de residência urbano à dinâmica de acumulação agrário-exportadora, com emergência de uma ampla variedade de cidades agrárias, onde são adensados os vínculos globais através da produção e processamento de commodities (CANALES; CANALES, 2013).

Outras pesquisas no Brasil (ELIAS, 2017; BERNARDES, 2007) e na América Latina (RIELLA; MASCHERONI, 2015; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) também associam o agronegócio à formação de novas frentes de crescimento econômico e populacional. Desde essa perspectiva, impõe-se como agenda de pesquisa avançar no entendimento da relação entre reestruturação da atividade agropecuária e a constituição de "outras áreas de recepção, absorção e retenção" de população, que passam a "dividir com as antigas regiões metropolitanas os destinos migratórios" em território nacional (BAENINGER; OJIMA, 2008, p. 132).

É nesse sentido que a proposição teórica dos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) pode contribuir. Construídos à luz de circuitos espaciais da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010) de diferentes commodities, esses arranjos concentram a ampla gama de processos de redistribuição de população associados à agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003a). Esses processos não se reduzem ao esvaziamento demográfico do campo (SINGER, 1980), nem se limitam aos pressupostos da agricultura científica e globalizada (ELIAS, 2003a). São híbridos. Sobressaem-se pela heterogeneidade dos múltiplos lugares que abarcam, onde a produção de commodities disputa e convive com outras formas de organização social historicamente construídas no território (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013).

Distantes do tradicional conceito de região – um espaço contíguo, organizado segundo redes funcionais hierárquicas (SANTOS, 1993) – os arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) sobressaem-se por seus limites cambiantes, não contíguos, entremeados por áreas que ora inserem-se nos mercados globais, ora são excluídas (REBORATTI, 2003), conformando espacialidades multiescalares e em constante recomposição (MOURA, 2009). Tampouco conformam territórios no sentido clássico, já que são dinamizados por interesses políticos e financeiros alheios ao lugar (REBORATTI, 2003).

A constituição de diferentes arranjos urbanos-rurais regionais também não deve ser interpretada à luz da desconcentração produtiva preconizada pelos planos antigos nacionais de desenvolvimento (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988), onde a constituição de complexos agroindustriais (DELGADO, 1985) alavancou atividades industriais centradas na transformação de commodities específicas (TARTAGLIA; OLIVEIRA, 1988), reforçando uma hierarquia regional desde os princípios do nacional-desenvolvimentismo (BRANDÃO, 2007). Por comporem uma teia de

valorização financeira de dimensões globais (SASSEN, 1998), os arranjos urbanos-rurais regionais materializam outras escalas de poder (BRANDÃO, 2007), novos espaços da migração (BAENINGER, 1999). Refletem, assim, os eixos de crescimento econômico associados à fragmentação da nação (PACHECO, 1999) e às metamorfoses do processo de urbanização alavancadas pelo agronegócio (CANALES; CANALES, 2013).

Em termos metodológicos, a delimitação dessas áreas privilegiadas de reprodução do agronegócio constitui o calcanhar de Aquiles para os estudos de desenvolvimento regional (REBORATTI, 2003). Por um lado, é preciso fixar limites, de modo a avançar em suas dimensões descritivas a partir das estatísticas oficiais. Por outro, não se pode esquecer que a espacialidade das dinâmicas globais "não delimita 'regiões, mas sobretudo 'desfaz fronteiras territoriais, transborda limites" (BRANDÃO, 2007, p. 71). Através do mapeamento das estimativas de produção agropecuária dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, esse trabalho constitui um primeiro esforço de construção dos arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) da soja, do café, da celulose, da cana-deaçúcar, da carne de frango, da carne bovina e da laranja.

A emergência desses distintos arranjos urbanos-rurais regionais reforça a especialização produtiva em diferentes espaços do território nacional, trazendo à tona novas questões para os estudos sobre redistribuição espacial da população. Sobretudo no período intercensitário, analisar as recomposições dessas espacialidades apresenta-se como um exercício fundamental no estudo sobre os rumos da migração interna e internacional em território nacional (BAENINGER, 2014).

#### 1.2 Globalização da agricultura e migrações Sul-Sul: primeiras aproximações

Paralelamente ao fortalecimento de determinados espaços produtivos do interior, a globalização da agricultura incide em alterações na dinâmica das relações exteriores do Brasil (MANRIQUE, 2012). As raízes dessa nova inserção global remontam às mudanças geopolíticas em curso desde finais do século XX (HARVEY, 1992; SASSEN, 1998). A emergência de um novo regime de acumulação – denominado por Harvey (1992) de acumulação flexível e por Sassen (1998) de globalização<sup>2</sup> – vem como resposta a uma secular crise de superprodução, subconsumo, desemprego e concentração de capitais que, originada nos países centrais na década de 1970, espalha-se para os países periféricos nos anos 1980 e 1990. Nesse contexto, as antigas fábricas assumem a forma de empresas transnacionais, cujas inovações na dinâmica de gestão, fabricação e distribuição de mercadorias reconfiguram a divisão internacional do trabalho (SASSEN, 1998; HARVEY, 1992).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Harvey (2013) questiona o termo globalização devido à origem empresarial do conceito, que mascara as condições de classe das transformações que explica, de modo a apresentar um mundo sem fronteiras. De fato, as reformas neoliberais derrubaram várias barreiras ao comércio exterior e permitiram "o fluxo relativamente livre do capital no mundo todo" (HARVEY, 2013, p. 30). No entanto, as fronteiras à movimentação de determinados grupos permanecem. Nas palavras de Vainer (2001, p. 183): "o mundo desterritorializado e sem fronteiras de uns é o mesmo mundo territorializado e guetificado de outros".

Ao reposicionar a inserção dos países na hierarquia transnacional de poder (GLICK-SCHILLER, 2007), essa nova forma de organização da produção tanto reitera antigas centralidades, alçando os principais centros de acumulação do mundo à condição de cidades globais especializadas na coordenação dos investimentos (SASSEN, 1998), como criam novas frentes de crescimento econômico a partir do gradativo deslocamento das atividades produtivas para o Sul Global, onde os salários mais baixos e a existência de leis trabalhistas e ambientais mais flexíveis barateiam os custos de produção (MANRIQUE, 2012). No escopo dessas transformações, o relativo processo de desindustrialização dos EUA e Europa — resultado de uma economia pautada crescentemente nos serviços — articula-se à consolidação da China como principal fábrica do mundo e numa voraz consumidora de matérias-primas, historicamente produzidas nos países da América Latina, da África e Ásia (MANRIQUE, 2012). Por essa razão, o chamado efeito China tem relações diretas no aumento das relações comerciais Sul-Sul (MANRIQUE, 2012) e na emergência da chamada 'agroinflação' (HAGE; PEIXOTO; VIEIRA FILHO, 2012).

Segundo Prates e Marçal (2008), a partir de 2002, os preços de diversas commodities começaram a subir, depois de quase vinte anos de estagnação (PRATES; MARÇAL, 2008). Inicialmente, tal recuperação foi associação às perdas de safras decorrentes das mudanças climáticas, em especial ao fenômeno *El Niño*. No entanto, mesmo equacionados os problemas de oferta, a retomada do crescimento da economia global – influenciada sobretudo pela China e vários outros países emergentes – alavancou tanto o preço dos alimentos quanto das commodities metálicas e energéticas (PRATES; MARÇAL, 2008). Bredow; Lélis e Cunha (2016, p. 701) destacam, ainda, as consequências da chamada "financeirização dos mercados de commodities". Na mesma linha, Sessa; Simonato e Domingues (2017, p. 5) discutem como a queda na taxa básica de juros dos EUA "estimulou investimentos alternativos aos títulos do tesouro norte-americano, notadamente em derivativos relacionados a commodities", cuja demanda encontrava-se em plena expansão.

Na interpretação dos autores, a desregulamentação dos mercados e as inovações financeiras reforçaram a criação de uma bolha especulativa em torno da produção de bens primários, o que possibilitou melhora nos termos de troca da economia brasileira e demais países exportadores de matérias-primas (PRATES; MARÇAL, 2008; BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Dentre os efeitos positivos desse fenômeno, a bibliografia citada destaca a aceleração do crescimento da renda no Brasil, a elevação dos investimentos produtivos, a melhoria nas condições de solvência e liquidez da economia, ampliação de reservas internacionais e de geração de receitas em moedas conversíveis, expansão do emprego, aumento da arrecadação de impostos e melhoria das contas públicas (PRATES; MARÇAL, 2008; BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Por outro lado, a elevação da taxa básica de juros americana, evidente desde 2015, induziu uma "desova de estoques de commodities, com efeitos depressivos sobre seus preços" (PRATES; MARÇAL, 2008, p. 188), encerrando o chamado

superciclo de valorização desses produtos (BREDOW; LÉLIS; CUNHA, 2016). Nas palavras dos autores, "toda bolha especulativa contém sementes de sua própria destruição" (PRATES; MARÇAL, 2008, p. 188).

O engate do país no ciclo de expansão da economia e do comércio mundiais foi favorecido pela "diversificação geográfica das exportações brasileiras em direção aos mercados não tradicionais", como a China e "demais países da região Ásia-Pacífico" (PRATES; MARÇAL, 2008, p. 173). Nesse contexto, altera-se não apenas a composição da pauta exportadora brasileira – crescentemente dependente da produção de commodities – como também os principais parceiros comerciais do Brasil (PRATES; MARÇAL, 2008, p. 173).

Com base nas estimativas divulgadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço<sup>3</sup>, nove dos dez principais produtos de exportação do país são commodities agrominerais. À exceção dos automóveis de passageiros – vendidos majoritariamente para outros países da América Latina – as demais mercadorias discriminadas (soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar, carne de frango, celulose, carne bovina e café) respondem por nada menos que 45% das exportações de 2017: quase U\$100 bilhões (BRASIL, 2018).

Levando-se em consideração a soja, principal produto brasileiro de exportação (11,81% do valor total das exportações), quase 79% das vendas foram para a China (BRASIL, 2018). O açúcar, outro produto de importância significativa no comércio internacional brasileiro, também é majoritariamente comercializado entre países do Sul Global: Bangladesh, Índia, Argélia, Malásia, Egito, Iraque, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Marrocos e Arábia Saudita estão entre os principais. No comércio exterior de carne de frango, destacam-se Arábia Saudita, Japão e China; de celulose, China, EUA e Holanda; de carne bovina, Hong Kong, China, Irã e Egito. Apenas nas exportações de café sobressaem os velhos parceiros comerciais: EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica estão entre os principais compradores (BRASIL, 2018).

Segundo Baeninger (2017), a inserção brasileira nessa nova divisão internacional do trabalho altera a composição de seus imigrantes internacionais, com fortalecimento dos fluxos Sul-Sul sem raízes históricas no país. Para a autora, além das questões geopolíticas e comerciais, deve-se considerar também o fechamento das fronteiras do Norte Global (PHELPS, 2014), os avanços da legislação brasileira no tocante ao acesso à documentação (ASSIS, 2018), as redes de imigrantes historicamente existente em território nacional (TRUZZI, 2008) e o acelerado ritmo da transição demográfica no país, fenômeno que – embora bastante desigual social e espacialmente (CGEE, 2008) – demandará, cada vez mais, a combinação da migração interna e internacional na produção de uma população excedente necessária à acumulação de capital (BAENINGER, 2014).

-

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Disponível em: http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/base-de-dados-do-comercio-exterior-brasileiro-arquivos-para-download. Acesso em: 09 ago. 2018.

O conjunto dessas transformações contribui para a participação crescente de imigrantes internacionais em diferentes setores e estratos ocupacionais do agronegócio (ELIAS, 2003a; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Seja por pressupor uma dinâmica produtiva altamente dependente dos mercados externos (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) — fortalecendo a constituição de espaços transnacionais de intensa circulação de capital, trabalho e mercadoria (SASSEN, 1998), em especial no âmbito das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012) — seja por marcar inovações radicais nos processos produtivos e de gestão — com mobilização de novas identidades profissionais que reconfiguram a hierarquia ocupacional do setor (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013) — a relação entre migração internacional e agronegócio é atravessada por mudanças associadas à maior mobilidade do capital e do trabalho (SASSEN, 1998) e à uma hierarquia ocupacional mais desigual (ELIAS, 2003a; GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Desde esse enfoque, o item a seguir recupera um debate sobre transformações na estrutura do emprego agropecuário e migração internacional, apontando os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa para a análise desse fenômeno.

# 2. Agronegócio, migração internacional e mercado de trabalho

Na interpretação de Sassen (1998, p. 132 e 137), a globalização criou um "mix das características do emprego", que "vão do altamente sofisticado ao muito primitivo", com profundas alterações na hierarquia sócio ocupacional dos mais diferentes setores. Para a autora, a economia globalizada combina a complexidade da estrutura produtiva intensiva em ciência e tecnologia com formas brutais e primitivas de superexploração do trabalho, aprofundando a exclusão e a desigualdade social (SASSEN, 2014).

De modo semelhante, Elias (2003a) aponta para a reformulação da estrutura de comando da atividade agropecuária moderna, cuja gerência cada vez mais cabe a um grupo de técnicos administradores, planejadores da produção desde um escritório em uma cidade a centenas de quilômetros. No entanto, junto à criação de novas ocupações de comando e controle, tem-se também a expansão do trabalho precário, instável e mal remunerado, fazendo da agricultura científica e globalizada uma atividade demasiadamente estratificada, que "tem numa ponta o proletário agrícola e na outra uma gama de trabalhadores especializados" (ELIAS, 2003b, p. 330).

Segundo Bernardes (2007), mesmo diante da automação crescente dos processos produtivos na agropecuária, suas áreas de expansão concentram a criação de empregos no Brasil. Riella e Mascheroni (2015) também identificam situação semelhante em diversos outros países latinoamericanos. Segundo os autores, são nas áreas de reprodução privilegiada do agronegócio onde mais e mais empregos são criados, embora com pouca estabilidade, maior intensificação da exploração do trabalho e baixa qualidade quanto às garantias trabalhistas (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Para uma análise panorâmica do acirramento das desigualdades sócio ocupacionais no agronegócio brasileiro, para os setores com maior participação na pauta exportadora do país (soja, cana-de-açúcar, café, celulose, carne de frango e carne bovina, além da laranja), a pesquisa recorre às estimativas de vínculos empregatícios no mercado de trabalho formal (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério da Economia)<sup>4</sup>. Através do quesito "subclasse de atividade" foram construídos os seguimentos de interesse (Quadro 1).

QUADRO 1 – Classes de atividade consideradas no setor da celulose, sucroenergético, da soja, café, carne bovina e de frango, de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0

Setores	Código CNAE	Subclasse de atividade
ético	113000	Cultivo de cana-de-açúcar
Sucroenergético	1071600	Fabricação de açúcar bruto
croe	1072401	Fabricação de açúcar refinado
Su	1931400	Fabricação de álcool
	115600	Cultivo de soja
Soja	1041400	Fabricação de óleos vegetais bruto, exceto óleo de milho
S	1042200	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho
	1066000	Fabricação de alimentos para animais
	134200	Cultivo de café
Café	1081301	Beneficiamento de café
ొ	1081302	Torrefação e moagem de café
1082100		Fabricação de produtos a base de café
Celulose	1710900	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel
Cel	210101	Cultivo de eucalipto
Carne bovina	151201	Criação de bovinos para corte
ပ္ ဓွ	1011201	Frigorífico abate de bovinos
Carne de frango	155501	Criação de frangos para corte
fra Co	101201	Abate de aves
eju	131800	Cultivo de laranja
Laranja	1033301	Fabricação de suco concentrado de frutas, hortaliças e legumes

**Fonte:** Extraído de Fundação IBGE, Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). Disponível em: https://cnae.ibge.gov.br/estrutura/atividades-economicas-estrutura/cnae. Acesso 31/8/2018. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> As informações da RAIS derivam das declarações obrigatórias que empresas registradas no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) fazem anualmente junto ao sistema eletrônico do Ministério do Trabalho brasileiro. A base contempla todos os registros de trabalho no mercado formal em 31 de dezembro do ano de referência. As informações disponíveis, segundo nacionalidade presente no registro, apresentam periodicidade anual e abrangência nacional, sendo possível desagregá-las até o nível municipal. Por sua compatibilização com a Classificação Brasileira de Ocupação e periodicidade, tais fontes se destacam como principal fonte de informação sobre dinâmica do mercado de trabalho formal brasileiro. Dentre as limitações observadas nota-se que: há possibilidade de dupla-contagem do trabalhador que apresente mais de um registro de trabalho ativo; a não abrangência do mercado de trabalho autônomo e informal e possíveis erros de preenchimento do formulário online (BAENINGER et al., 2017).

Selecionados os setores, as partes seguintes desse artigo analisam a evolução dos vínculos de emprego formal por município, escolaridade, ocupação e nacionalidade em cada um dos setes ramos de atividades considerados. Às informações da RAIS, somam-se as estimativas de evolução da produção de soja, café, laranja, eucalipto, cana-de-açúcar e do rebanho de bovinos e aves, entre 1974 a 2017, oferecidas pelas Pesquisas Agropecuárias Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, além dos dados produzidos no âmbito do Censo Agropecuário de 2006 e 2017.

# 2.1 O arranjo da soja

Eleita como carro chefe das mudanças na base técnica da produção agrícola brasileira, o complexo produtivo da soja foi amplamente favorecido pela Revolução Verde da década de 1960/70, momento no qual o protagonismo das políticas públicas favoreceu a ampliação das áreas de cultivo nas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, seja por garantirem subsídios abundantes na compra de máquinas e insumos, preços mínimos, seja pelos investimentos em ciência e tecnologia e criação de sementes transgênicas adaptadas às condições ambientais do cerrado (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015).

Nas décadas de 1980 e 1990, a depressão nos preços das commodities agrícolas, aliado à crise do Estado, alteram a dinâmica desse seguimento (MAZZALI, 2000). A reestruturação produtiva engendrada pelos principais grupos que comandavam o setor (Sadia, Perdigão, Ceval) intensificaram o entrelaçamento da cadeia grãos-carne, por meio de um intenso processo de fusão de aquisição (MAZZALI, 2000). As condições adversas do mercado externo (sobretudo às políticas protecionistas dos EUA e Europa), somada à importância do mercado interno de consumo de carnes, fortaleceu a produção de soja voltada para o abastecimento doméstico (MAZZALI, 2000).

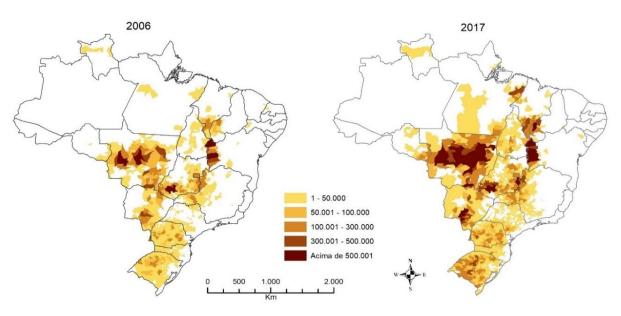
Esse fenômeno altera-se a partir dos anos 2000, quando o aumento da demanda internacional (sobretudo entre os países emergentes) e a recuperação dos preços levaram ao crescimento das exportações (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). Todavia, diante da importância da soja na economia nacional, a produção para exportação foi possível graças à significativa expansão das áreas de cultivo (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015). Nesse contexto, a produção de soja tem crescido a ritmos impressionantes (Gráfico 1), alçando a casa dos quase 120 milhões de toneladas em 2017: doze vezes a produção de 1974, próxima aos 10 milhões de toneladas, e o triplo da produção estimada no começo dos anos 2000 (cerca de 40 milhões de toneladas) (Gráfico 1).

Nesse contexto, as tradicionais áreas de cultivo do Sul do Brasil deslocam-se cada vez mais para o norte do país, atravessando o Centro-Oeste até alcançar o extremo oeste da Região Nordeste (Figura 1). Dentre as regiões com grande potencial de crescimento no setor, Espíndola e Cunha

(2015) identificam as pastagens do Mato Grosso e na região do MATOPIBA<sup>5</sup>, na divisa entre Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia (Figura 1).

GRÁFICO 1 – Quantidade produzida (em toneladas) de soja em grão. Brasil, 1974 a 2017

**Fonte:** IBGE – Produção Agrícola Municipal. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.



**FIGURA 1 –** Quantidade produzida (em toneladas) da soja em grão. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 822; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6957). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> "A região do Matopiba é uma delimitação geográfica proposta pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica – GITE da EMBRAPA [...], reunindo um total de 337 municípios nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia" (ESPÍNDOLA; CUNHA, p. 233-234, 2015).

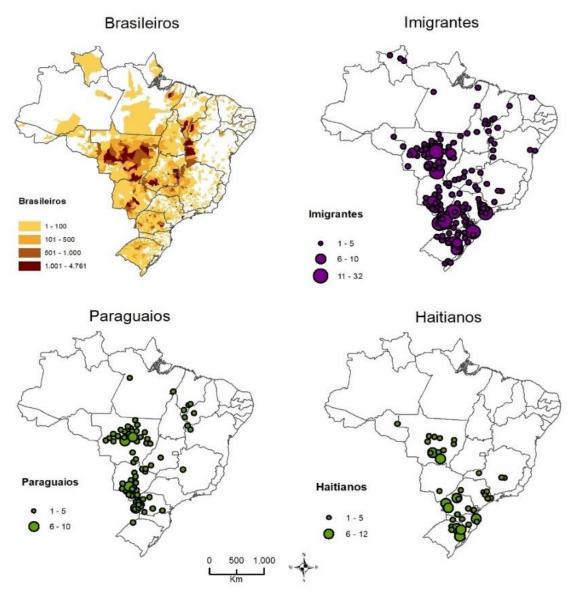
O aumento da produção associa-se ao crescimento paulatino e sustentado dos vínculos empregatícios no setor, que passou de 123.142 registros em 2006, para 213.867 em 2017 (Tabela 1). Entre os imigrantes internacionais, esse crescimento foi de 104 para 531, destacando-se os paraguaios (presentes desde o começo do período analisado) e, desde 2012, os haitianos (Tabela 1).

TABELA 1 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da soja, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileira	Imigrantes internacionais	Paraguaia	Haitiano	Total
2006	123.038	104	10	0	123.142
2007	133.707	107	8	0	133.814
2008	144.658	114	14	0	144.772
2009	149.601	134	19	0	149.735
2010	160.228	137	21	0	160.365
2011	167.368	147	38	0	167.515
2012	178.184	178	71	7	178.362
2013	185.198	264	90	33	185.462
2014	196.829	391	115	92	197.220
2015	204.992	524	147	187	205.516
2016	207.224	491	169	132	207.715
2017	213.336	531	171	156	213.867

Ainda que a principal região produtora seja o Mato Grasso, a região do MATOPIBA, Goiás e Mato Grosso do Sul (Figura 1) — áreas que concentram a maioria dos vínculos de trabalho de brasileiros (Figura 2) — os imigrantes internacionais estão majoritariamente no Sul do país, sobretudo os haitianos (Figura 2). Acompanhando os caminhos da soja em território nacional (ESPÍNDOLA; CUNHA, 2015), os paraguaios distribuem-se do oeste paranaense, sul do Mato Grosso do Sul, alcançando os estados do Mato Grosso, Bahia, Piauí e Maranhão (Figura 2).

**FIGURA 2** – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento da soja, segundo principais nacionalidades. Brasil, por município do vínculo de trabalho



**Fonte:** Brasil. (Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

A despeito do aumento considerável dos vínculos empregatícios, entre os brasileiros, para o período 2010 e 2017, verifica-se diminuição dos contratos de trabalho de analfabetos (de 2.001 para 1.872) e com o ensino fundamental de nove anos incompleto<sup>6</sup> (de 63.353 para 60.370) (Tabela 1), entre 2010 e 2017. Ao mesmo tempo, tem-se aumento importante dos registros com maior escolaridade, em especial os com ensino médio e superior completos, cujos totais passaram de 40.841 para 76.712 e 10.516 para 19.429, respectivamente, nesse mesmo período (Tabela 2).

Considerando o mesmo período, entre os imigrantes internacionais, o aumento dos vínculos com médio e superior completos também foi expressivo (de 21 para 182 e 74 para 97). No entanto, verifica-se também crescimento dos registros de analfabetos e com fundamental incompleto (Tabela 2).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Considera-se como ensino fundamental de nove anos incompleto a somatória das faixas de escolaridade "até 5ª incompleto", "5ª completo fundamental" e "6ª a 9ª fundamental".

TABELA 2 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da soja, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Escolaridade	Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
Agregada após 2005	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	1.688	2.001	1.872	0	0	8
Até 5ª Incompleto	14.674	16.758	16.322	4	5	41
5ª Completo Fundamental	18.360	17.046	14.338	4	4	15
6º a 9º Fundamental	25.901	29.549	29.710	4	6	64
Fundamental Completo	19.208	24.799	28.333	8	9	63
Médio Incompleto	10.141	14.289	21.119	5	8	53
Médio Completo	23.731	40.841	76.712	23	21	182
Superior incompleto	3.170	4.429	5.501	3	10	8
Superior Completo	6.165	10.516	19.429	53	74	97
Total	123.038	160.228	213.336	104	137	531

Quanto à ocupação, para todos os grupos houve aumento de registros: dos trabalhadores de bens e serviços industriais, aos trabalhadores agropecuários, técnicos de nível médio, profissionais das ciências e das artes, até os dirigentes de empresas, tanto entre brasileiros, como entre imigrantes internacionais (Tabela 3). Contudo, entre imigrantes, o crescimento foi mais expressivo nos trabalhadores agropecuários (de 14, em 2006, para 170, em 2017) e de produção de bens e serviços industriais (Grupo 7) (de 5, em 2006, para 101, em 2017) (Tabela 3). Tal fato reforça a tendência já anunciada pela análise da escolaridade, segunda a qual se acentua a inserção de imigrantes internacionais sobretudo na base da pirâmide sócio ocupacional.

TABELA 3 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da soja, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais		Brasileiros				Imigrantes Internacionais		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017		
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3.750	5.230	7.818	38	51	59		
2 – Profissionais das ciências e das artes	2.345	3.521	5.240	9	17	18		
3 – Técnicos de nível médio	5.781	7.815	10.678	9	5	16		
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	10.739	15.288	21.434	16	16	39		
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	9.577	12.103	17.272	4	5	35		
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	55.306	67.050	86.599	14	27	170		
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	16.886	26.579	36.436	5	8	101		
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	14.085	17.054	19.599	5	4	82		
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	4.556	5.576	8.245	4	4	11		
Não classificado	13	12	15	0	0	0		
Total – Seguimento da Soja	123.038	160.228	213.336	104	137	531		

Nota: O Grupo 7 concentra os trabalhadores de produção extrativa, da construção civil e da produção industrial de processos discretos, que mobilizam habilidades psicomotoras e mentais voltadas primordialmente à forma dos produtos, enquanto no Grupo 8 concentram-se os trabalhadores que operam processos industriais contínuos, que demandam habilidades mentais de controle de variáveis físico-químicas de processos. Informação disponível em: www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/informacoesGerais.jsf;jsessionid=YBWZopZ01DCTYLr25ZNLnOGy.slave19.

Acesso em: 05 out. 2019.

#### 2.2 O arranjo do café

Dentre todos os produtos selecionados, o café destoa-se por apresentar uma produção bastante oscilante desde os anos 1970 (Gráfico 2). Segundo Frederico (2014), a intensa variação da produção reflete as flutuações de preço dessa commodity no mercado internacional e aos custos relativamente altos de sua produção, seja pelo encarecimento considerável dos insumos, seja pela quantidade de força-de-trabalho empregada: a maioria das regiões produtoras apresentam relevo acidentado, dificultando a mecanização dos processos produtivos (FREDERICO, 2014; CASTILLO; FREDERICO, 2010). Ademais, vale ressaltar que os principais compradores do café brasileiro (EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica), por sua própria dinâmica da população, apresentam tendência de crescimento da demanda estagnada.

Na interpretação de Frederico (2014), as características específicas do circuito espacial produtivo do café, entremeado por variadas esferas intermediárias de acumulação (do cafeicultor, ao corretor de café, às empresas de torra e moagem e, por fim, às comercializadoras), acaba reforçando os baixos preços desse produto a nível do produtor. Também a crescente "desregulamentação" desse mercado (fim dos Acordos Internacionais e dos institutos nacionais responsáveis pelo planejamento e execução de políticas cafeeiras) e a ação oligopólica das empresas que comandam o comércio de café no Brasil e no mundo concorreram para a estagnação do preço (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

Dentre os principais grupos que comandam o setor, Frederico (2014) destaca a transnacional americana Sara Lee, proprietária das marcas Café do Ponto, Caboclo, Pilão, União, Seleto e Moka. Em 2010, o grupo concentrava "cerca de 20% do café torrado e moído no Brasil (FREDERICO, 2014). Para esse mesmo ano, as dez principais empresas torrefadoras de café no país respondiam por 75% do total da produção no país, enquanto que a cinco maiores tradings de café do mundo comercializavam metade da produção global. Subordinados a esses grupos, o poder de barganha na negociação do preço, a nível do produtor, é praticamente nulo. Nas palavras do autor: "Apesar da significativa participação dos cafeicultores em associações formais e cooperativas, ainda é grande o número daqueles que não fazem parte de nenhuma organização e que negociam o café diretamente com atravessadores locais" (FREDERICO, 2014, p. 43).

As intensas variações da produção nas décadas de 1970/1980, e sua subsequente estabilização, a partir dos anos 2000, em patamares relativamente baixos (na casa dos 2 a 3 milhões de toneladas), refletem todas essas transformações (Gráfico 2). Dentre as principais regiões produtoras, sobressaem o Oeste Paulista, Norte do Paraná e Rondônia (Mapa 2), cuja produção de café atrela-se às características da colonização dessas áreas (SANTOS; SILVA, 2017), e as tradicionais regiões produtoras de café arábica para exportação de Minas Gerais e Espírito Santo (FREDERICO, 2014; Mapa 2).

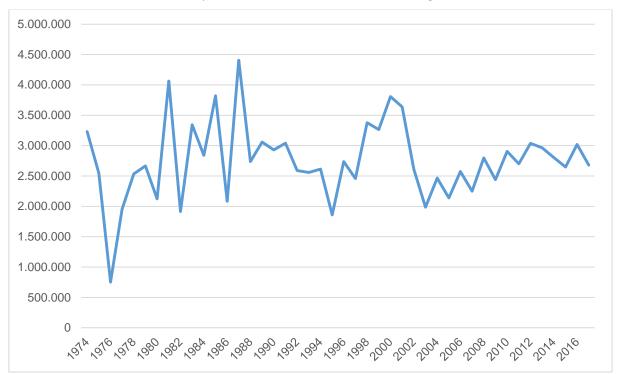
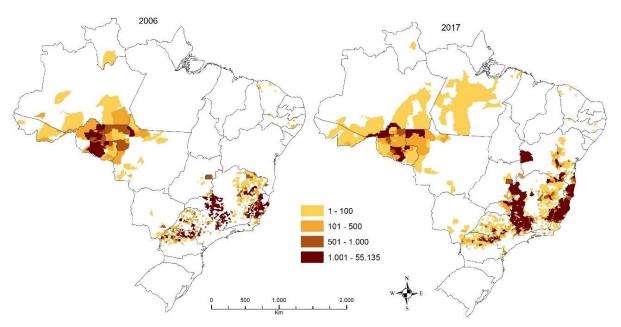


GRÁFICO 2 – Quantidade produzida (em toneladas) de café em grão. Brasil, 1974 a 2017

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo — NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Considerando as transformações no arranjo do café, entre 2006 e 2017, verifica-se expansão da produção na região Norte (Pará, Amazonas e Acre) e na Bahia (Figura 3). A comparação entre o Censo Agropecuário 2006 e 2017 revela, ainda, adensamento da produção em Minas Gerais, sobretudo no cordão que vai de Brasília ao extremo Sul do estado, e Espírito Santo (Figura 3). Ao mesmo tempo, o Oeste Paulista e Norte do Paraná perdeu importância no contexto nacional (Figura 3).

FIGURA 3 – Quantidade produzida (em toneladas) de café arábica e canephora (em grão verde), considerando apenas os estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017



**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 1179; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6955). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo — NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

No cenário dessa forte reestruturação da produção cafeeira no país, o total de vínculos empregatícios no setor vem diminuindo, com redução e quase 16 mil postos de trabalho entre 2006 e 2017 (Tabela 4). Ao longo desses onze anos, apenas o período de 2015 e 2016 registrou aumento dos vínculos de trabalho, passando de 104.052, em 2014, para 105.247 e 106.150 nos dois anos subsequentes (Tabela 4). Essa tendência, contudo, é interrompida já em 2017, quando os registros de emprego voltam a declinar, alcançando a casa de 104.263 vínculos (Tabela 4).

TABELA 4 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento do café, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

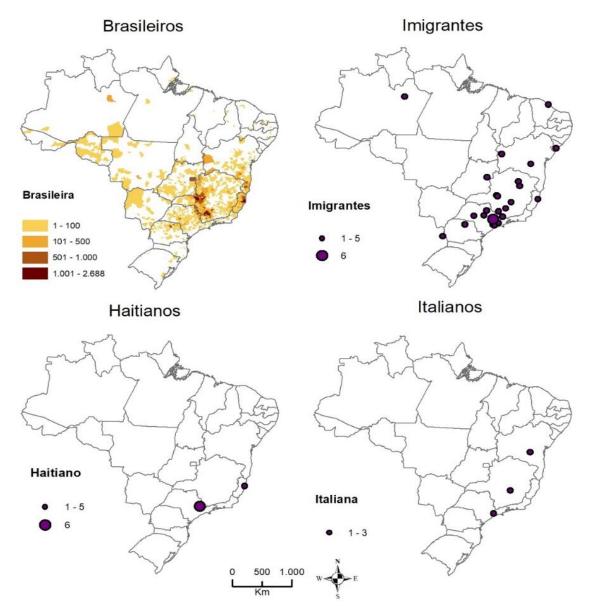
Ano	Brasileira	Imigrantes internacionais	Haitiano	Italiana	Total
2006	120.107	35	0	2	120.142
2007	115.796	34	0	1	115.830
2008	114.213	28	0	1	114.241
2009	110.113	23	0	0	110.136
2010	108.392	33	0	0	108.425
2011	110.579	31	0	0	110.610
2012	109.608	26	0	0	109.634
2013	105.652	22	0	0	105.674
2014	104.019	33	0	1	104.052
2015	105.220	27	0	2	105.247
2016	106.120	30	3	3	106.150
2017	104.223	40	9	5	104.263

A participação de imigrantes internacionais, embora crescente é pequena e concentrada nos estratos mais altos de escolaridade (médio e superior completos) (Tabela 5) e nas ocupações de administração e gerência (Tabela 6). Esses profissionais são majoritariamente italianos (um dos principais países compradores do café brasileiro). Outra nacionalidade que se destaca em anos recentes é a haitiana, empregada principalmente na colheita do café em São Paulo (Tabelas 4 e 6; Figura 4).

TABELA 5 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento do café, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Escolaridade Agregada após 2005	Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	4.268	3.252	2.273	0	0	0
Até 5ª Incompleto	30.654	22.315	15.016	1	0	3
5ª Completo Fundamental	33.710	27.444	17.939	2	0	2
6ª a 9ª Fundamental	17.803	16.514	14.749	4	0	0
Fundamental Completo	12.022	13.033	15.353	1	0	2
Médio Incompleto	5.095	5.617	6.913	1	0	1
Médio Completo	13.039	16.331	26.405	8	10	15
Superior incompleto	1.184	1.124	1.359	1	0	2
Superior Completo	2.332	2.762	4.216	17	23	15
Total	120.107	108.392	104.223	35	33	40

**FIGURA 4 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento do café, segundo principais nacionalidades. Brasil, segundo municípios



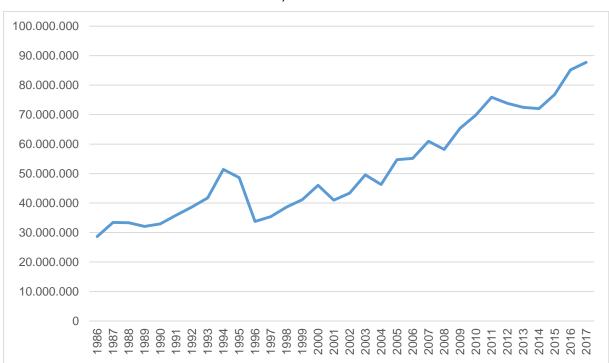
Em contraposição à diminuição absoluta no total de empregos no setor – resultado associado principalmente à redução dos postos de trabalhos de menor escolaridade (Tabela 5), relativos às ocupações nos serviços agropecuários e de reparo e manutenção (Tabela 6) –, os vínculos de profissionais com ensino médio e superior completos quase dobraram no período considerado, passando de 13.039 para 26.405 e de 2.332 para 4.216, respectivamente (Tabela 5). Acompanhando essa tendência, aumenta o volume de dirigentes e profissionais das ciências e das artes, indicando profundas alterações na hierarquia ocupacional da cafeicultura no país (Tabela 6).

TABELA 6 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento do café, segundo grandes grupos ocupacionais. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais		Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017	
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1.850	1.927	2.493	13	11	8	
2 – Profissionais das ciências e das artes	1.003	1.078	1.532	3	6	6	
3 – Técnicos de nível médio	2.677	2.564	2.472	3	1	2	
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	4.823	4.671	5.815	4	8	4	
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	7.267	6.426	6.655	0	0	4	
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	89.894	78.965	73.185	7	4	13	
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	7.569	8.156	8.309	1	0	0	
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	3.419	3.506	2.537	2	3	3	
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.595	1.096	1.214	2	0	0	
Não Classificado	10	3	11	0	0	0	
Total – Seguimento Café	120.107	108.392	104.223	35	33	40	

# 2.3 O arranjo da celulose

A despeito das oscilações apontadas no Gráfico 3, a produção de madeira para papel e celulose triplicou ao longo das últimas três décadas, passando de 30 milhões de metros cúbicos em 1986, para 90 milhões em 2017 (Gráfico 3). Contrapondo-se à estagnação da cafeicultura, esse seguimento encontra-se em plena expansão, devido ao aumento da demanda de papel para o mercado interno e de celulose para o mercado internacional (PERPETUA; THOMAZ JR., 2013).



**GRÁFICO 3 –** Quantidade produzida (em metros cúbicos) de madeira em tora para papel e celulose Brasil, 1974 a 2017

**Fonte:** IBGE (Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

De acordo com Sperotto (2012), a expansão do consumo coincide com uma intensa reconfiguração do setor, com deslocamento de seu centro produtivo dos países centrais (Canadá, EUA, Finlândia, Suécia e Japão) para países emergentes: China (a principal consumidora de papel e celulose do mundo), Brasil, Chile, Uruguai, África do Sul, Indonésia e Índia. Dentre as motivações dessas mudanças locacionais, a autora cita questões ambientais (esse complexo produtivo, de elevado potencial poluidor, encontra nos países em desenvolvimento uma legislação ambiental mais branda, se comparada aos tradicionais produtores) e a excelente adaptação do eucalipto nos países do Cone Sul da América Latina, "possibilitando uma notável produtividade a um menor custo" (SPEROTTO, 2012, p. 129).

Para a autora, os altos custos de produção e o longo prazo de maturação dos investimentos contribuem para a estruturação de uma cadeia produtiva controlada por um pequeno número de empresas intensivas em capital, desde o seu plantio até o seu processamento agroindustrial (SPEROTTO, 2012). No âmbito global, os principais grupos são americanos (International Paper, Kinberly-Clark, Rock-Tenn,), suecos (Svenska Cellulosa, Billerud, Sodra), japoneses (Oji Paper, Nippon Paper Group, Sumitomo Foresty) e finlandeses (Stora Enso, UPM — Kymmene, Metsalitto). Entre os capitais brasileiros, sobressaem a Suzano, Fibria e Eldorado Brasil (do grupo JBS) (FALCÃO, 2017).

Levando-se em consideração a distribuição da produção no território nacional, Mato Grosso do Sul – mais especificamente a região de Três Lagoas, já próxima à divisa com o estado de São Paulo – desponta-se como o principal centro produtor do país, em anos recentes (FALCÃO, 2017; PERPETUA; THOMAZ JR., 2013). Os bilionários investimentos feitos nessa localidade, tanto de grupo nacionais (Votorantim, Fíbria, Suzano, Eldorado), como de internacionais (International Paper), expressam a importância das políticas públicas (sobretudo as isenções fiscais), das vantagens em termo de infra-estrutura de transporte<sup>7</sup>, das condições do relevo e abundância de recursos hídricos (PERPETUA; THOMAZ JR., 2013). Além desse centro dinâmico, destaca-se as tradicionais áreas produtoras do Sul e Sudeste e outras novas áreas do Norte e Nordeste, denotando "um significativo movimento de interiorização" da silvicultura brasileira (PERPETUA; THOMAS JR., 2013, p. 62), apontado sobretudo pelo Censo Agropecuário de 2006 (Figura 5). Em 2017, esse processo assume outras conotações, com adensamento da produção no Sul e Sudeste, além do Mato Grosso do Sul (Figura 5).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Três Lagoas trata-se de um entroncamento ferroviário (Eixo Novoeste), rodoviário (BR262, BR158, BR395) e hidroviário (Hidrovia Tietê-Paraná) (PERPETUA; THOMAZ JR., 2013, p. 2013). O Mapa 3, de 2006, não captou os deslocamentos no circuito espacial produtivo discutidos por esses autores.

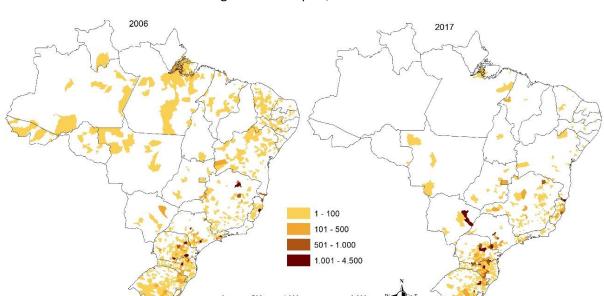


FIGURA 5 – Produção de madeira em tora para papel e outras finalidades (em metros cúbicos). Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 815; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6947). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Seguindo a evolução da produção de madeira, os vínculos empregatícios no seguimento da celulose cresceram expressivamente entre 2006 e 2016, intervalo no qual foram criados quase 15 mil novos postos de trabalho no setor (Tabela 7). Entre 2016 e 2017, no entanto, houve uma redução de cerca de 5.000 vínculos, passando de 40.686 para 35.322, a maioria de dirigentes, trabalhadores agropecuários e da produção de bens industriais (Tabela 7 e 9).

TABELA 7 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da celulose, segundo principais nacionalidades. Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileira	Imigrantes internacionais	Haitiano	Japonesa	Total
2006	25.169	50	0	10	25.219
2007	26.563	57	0	10	26.620
2008	30.703	53	0	10	30.756
2009	30.226	41	0	11	30.267
2010	35.041	53	0	10	35.094
2011	36.766	45	0	10	36.811
2012	35.277	56	3	10	35.333
2013	38.701	52	0	10	38.753
2014	38.094	65	0	10	38.159
2015	39.799	65	0	10	39.864
2016	40.620	66	4	12	40.686
2017	35.264	58	19	12	35.322

Tal como na cafeicultura, a participação de imigrantes internacionais é relativamente pequena e concentrada nos estratos de alta escolaridade: dos 58 vínculos de imigrantes em 2017, 25 tinham médio completo e outros 24 com superior completo (Tabela 8). Os japoneses, todos trabalhadores de alta qualificação, nas ocupações de comando, estão no Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais (Figura 6). Já os haitianos, trabalhadores agropecuários em sua maioria, concentram-se no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina (Figura 6).

Junto ao crescimento dos postos de trabalho no conjunto do setor, especialmente entre 2006 e 2016 (Tabela 7), tem-se uma drástica diminuição dos registros de brasileiros com baixa escolaridade (Tabela 8), paralelamente à expansão das ocupações referentes aos profissionais das ciências e das artes e dos técnicos de nível médio, os quais passaram de 2.968, em 2006, para 4.205, em 2017 (Tabela 9).

TABELA 8 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da celulose, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

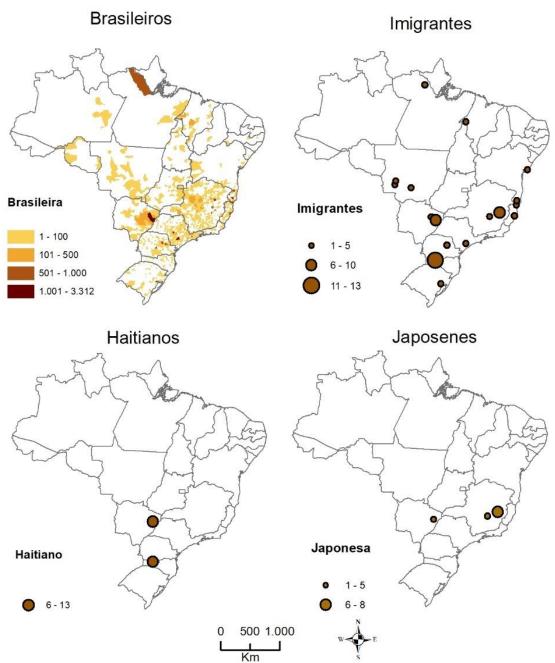
Escolaridade Agregada após 2005		Brasileiros	Imigrantes Internacionais			
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	416	534	341	0	0	0
Até 5ª Incompleto	2.923	3.999	4.522	0	2	2
5ª Completo Fundamental	2.973	3.437	2.033	0	1	2
6ª a 9ª Fundamental	3.179	4.536	3.181	0	2	0
Fundamental Completo	3.129	4.648	4.038	3	3	4
Médio Incompleto	1.582	2.284	2.045	1	2	1
Médio Completo	7.002	10.677	13.521	9	6	25
Superior incompleto	972	1.181	974	2	1	0
Superior Completo	2.993	3.745	4.609	35	36	24
Total	25.169	35.041	35.264	50	53	58

De modo contrário, entre imigrantes internacionais, a presença de profissionais altamente qualificados – apesar de majoritária – diminuiu entre 2010 e 2017: o número de dirigentes caiu de 17 para 8 (tendência comum também aos brasileiros), enquanto o de profissionais das ciências e das artes de 16 para 11 (Tabela 9). Por outro lado, a participação de imigrantes na base da pirâmide ocupacional (trabalhadores agropecuários e da produção de bens industriais) aumentou (Tabela 9).

**TABELA 9 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da celulose, segundo grandes grupos ocupacionais Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais		Brasileiros		Imigra	intes Internac	ionais
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	645	808	735	17	17	8
2 – Profissionais das ciências e das artes	1.257	1.455	1.536	16	16	11
3 – Técnicos de nível médio	2.968	3.115	4.205	5	5	3
4 – Trabalhadores de serviços administrativos 5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e	1.612	2.063	2.154	1	1	6
mercados	789	1.195	1.121	0	0	1
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	10.177	17.301	16.451	11	11	13
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	2.456	3.597	3.700	1	1	1
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4.269	4.106	3.538	1	1	13
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	973	1.361	1.772	1	1	2
Não classificado	23	40	52	0	0	0
Total – Seguimento Celulose	25.169	35.041	35.264	53	53	58

**FIGURA 6** – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento da celulose, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



## 2.4 O arranjo da cana-de-açúcar

A produção de cana-de-açúcar correspondeu ao primeiro esforço sistemático de ocupação do território nacional, constituindo o produto por meio do qual o Brasil é definitivamente inserido na dinâmica internacional produção, circulação e consumo de mercadorias (GONÇALVES, 1998, p. 66). Por quase trezentos anos, a Zona da Mata nordestina deteve "as maiores lavouras canavieiras do país, em sistema de *plantation* para exportação" que remonta ao século XVI. Desde o litoral do

Nordeste, as plantações espraiaram-se por diversos pontos da costa brasileira, adentrando em território paulista na virada do século XVII (GONÇALVES, 1998). No conhecido Quadrilátero do Açúcar em São Paulo (Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu, Jundiaí), surgiram os primeiros engenhos produtores de aguardente e rapadura do estado, em regime de trabalho escravo (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

Entre os séculos XVIII e XIX, o setor enfrentou inúmeras crises devido à competição com as áreas de cultivo da América Central (CORRÊA, 2012). A criação do Instituto do Açúcar e do Álcool, em 1930, é fundamental na reversão dessa tendência, processo que encontrou nos planos nacionais de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1970 um importante ponto de convergência (CASTILLO, 2015; CORRÊA, 2012; SILVA; BUENO; MELLO, 2015). É desse momento histórico a criação do Programa Nacional do Álcool (Pró-Álcool) que, somado aos efeitos do embargo comercial à Cuba (um dos principais produtores mundiais, à época), garantiu elevado crescimento do setor (CORRÊA, 2012).

À luz desses incentivos, os canaviais expandiram-se por toda porção nordeste do Estado de São Paulo (ELIAS, 2003a), alcançando até mesmo áreas selecionadas do Oeste Paulista (BINI, 2010; OLIVEIRA, 2012). Segundo Corrêa (2012), em 1970, a produção de cana em São Paulo já respondia por um terço da produção brasileira. Servido por uma rede de comunicação mais eficiente (GONÇALVES, 1998), com vantagens naturais (grande potencial hídrico e manchas de terra roxa) e locacionais (próximo das indústrias químicas e de maquinários agrícolas), esse Estado contou com vantagens competitivas não partilhadas pelo setor no Nordeste (CORRÊA, 2012).

As décadas de 1980 e 1990 interromperam essa trajetória de expansão (CORRÊA, 2012), conforme mostra o Gráfico 4. O fim dos subsídios públicos, das polícias protecionistas e de controle dos preços, somado à abrupta abertura comercial, promoveram "forte retração do setor sucroalcooleiro" nacional (CORRÊA, 2012, p. 177), sobretudo a partir de 1991, quando extingue-se o Instituto do Açúcar e do Álcool: uma "decisão política de cunho neoliberal que afastou o Estado do controle direto do setor" (CASTILLO, 2015, p. 96).

Contrapondo à tendência de estagnação da década de 1990, os anos 2000 são de recuperação do setor, "motivado pelo crescimento exponencial do consumo de etanol" (CASTILLO, 2015, p. 95). Os fatores que contribuíram com esse processo estão associados à alta do preço do petróleo, criação dos veículos *flex-fuel*, políticas de incentivo à aquisição de veículos novos (CASTILLO, 2015), fortalecimento da questão ambiental, com maior pressão dos organismos internacionais para redução de gases altamente poluentes e uso de fontes alternativas de "energia limpa e renovável" (SANTOS, 2013, p. 223). Na condição de maior produtor de etanol do mundo, o Brasil foi alçado a uma posição de destaque no cenário econômico internacional, em paralelo à

consolidação do setor sucroenergético como modelo sustentável de desenvolvimento (SANTOS, 2013).

Nesse cenário, o século XXI marca a vertiginosa expansão da cana-de-açúcar no país, em especial o período 2005/2009, momento no qual a produção passa de 400 milhões para 700 milhões de toneladas em apenas quatro anos (Gráfico 4). De acordo com Castillo (2015, p. 104), essa expansão ocorreu junto à entrada maciça das corporações multinacionais no Brasil, muitas delas "tradicionalmente vinculadas à produção de combustíveis fósseis, como a Bunge, ADM, LDC e Shell". Corrêa (2012) cita outros grupos com atuação de destaque no setor, tanto de origem estrangeira (como a Renuka, Abengoa Bioenergia e a Tereos), como de origem nacional (Copersucar, Aralco e Cosan).

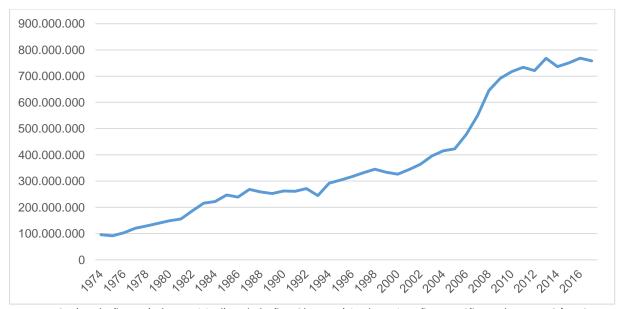


GRÁFICO 4 - Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Brasil, 1974 a 2017

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

A partir de 2009, verifica-se desaceleração na tendência de crescimento da produção canavieira (Gráfico 4). Segundo Castillo (2015), a recente crise do setor reflete não apenas a acentuada diminuição do preço do açúcar no mercado internacional, como também a extrema concentração de capitais na dinamização desse seguimento. Sob ação desses grupos, o uso mais eficiente das agroindústrias instaladas levou ao fechamento de inúmeras usinas/destilarias no país (CASTILLO, 2015), a despeito da produção nacional de cana-de-açúcar manter-se relativamente constante, entre os 700 e 800 milhões de toneladas, tal como demonstrado no Gráfico 4.

O Estado de São Paulo desponta-se como o principal produtor nacional, sobretudo em sua porção nordeste (Figura 7). Também se destacam o Oeste Paulista, regiões do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, o triângulo mineiro, norte do Rio de Janeiro e o litoral do Nordeste, em especial

o Estado de Alagoas (Figura 7). Desse modo, o Censo Agropecuário 2017 reforça a constituição de uma grande região canavieira no país, envolvendo São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Figura 7).

2006 1-100.000 100.001 - 1.000.000 1.000.001 - 2.000.000 2.000.001 - 4.000.000 4.000.001 - 7.330.239

**FIGURA 7 –** Quantidade produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 822; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6957). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo — NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Dos seguimentos analisados, o setor sucroenergético distingue-se pela maior quantidade de trabalho mobilizada: mais de 500 mil contratos formais de trabalho em 2017: 141 mil com ensino médio e quase metade apenas nos trabalhos agropecuários (Tabelas 10, 11 e 12). Comparando-se a evolução total de vínculos entre 2006 e 2017, verifica-se intensas oscilações. Até 2009, o crescimento é acentuado, com a criação de mais de 100 mil novos postos de trabalho (Tabela 10). Desde então, a tendência é de diminuição dos registros, exceção feita ao ano de 2011, no qual observa-se um pequeno salto: de 613.600 em 2010, para 635.133 em 2011, voltando a cair para 623.147 em 2017 (Tabela 10).

**TABELA 10 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da cana-de-açúcar, segundo principais nacionalidades Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileira	Imigrantes internacionais	Haitiano	Argentina	Total
2006	520.395	54	0	3	520.449
2007	564.851	50	0	1	564.901
2008	598.369	64	0	2	598.433
2009	629.115	85	0	6	629.200
2010	613.479	121	0	7	613.600
2011	634.975	158	0	8	635.133
2012	623.052	95	2	9	623.147
2013	609.761	125	1	11	609.886
2014	567.568	120	2	13	567.688
2015	536.088	161	4	12	536.249
2016	517.920	139	13	13	518.059
2017	508.998	154	23	14	509.152

A distribuição dos vínculos empregatícios no setor, em território nacional, para o ano de 2017, aponta importantes reconfigurações desse circuito espacial produtivo, com a conformação de uma grande região canavieira composta por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Triângulo Mineiro (Figura 7). É sobretudo nessa localidade que o fenômeno da mecanização tem desencadeado uma profunda transformação na estrutura do emprego desse seguimento, com a diminuição de mais de 100 mil postos de trabalho, entre 2013 e 2017, e concentração dos imigrantes internacionais empregados no setor (Tabela 10; Figura 8). Para esse último ano, embora a produção de cana-deaçúcar seja o dobro do estimado em 2006, os vínculos de emprego diminuíram em quase 10 mil registros (Gráfico 4 e Tabela 10).

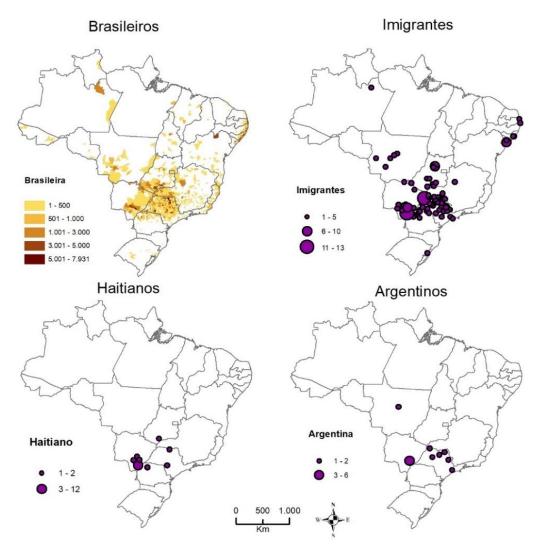
Na interpretação de Silva; Bueno e Melo (2015), a ideologia da maquinaria constitui a solução encontrada para mascarar a realidade social e ambiental das principais regiões produtoras de cana-de-açúcar no país. Segundo as autoras, a mecanização reforçou a invisibilidade dos trabalhadores, consolidando uma forma mais refinada de dominação. Sem eliminar o trabalho precário nas plantações, os investimentos em automação aprofundaram as contradições do setor, com a combinação de novas e velhas relações de trabalho (SILVA; BUENO; MELO, 2015).

No âmbito dessas transformações, os vínculos de emprego com baixa escolaridade (analfabetos e fundamental incompleto) reduzem drasticamente entre os brasileiros, ao passo em que os registros com médio e superior completos duplicam (Tabela 11). Seguindo essa tendência, os trabalhadores agropecuários diminuem de 341.399 em 2006, para 251.127 em 2017, enquanto o volume de dirigentes cresce de 3.788 para 4.368, o de profissionais das ciências e das artes de 5.947 para 10.866 e os técnicos de nível médio de 13.847 para 22.979, considerando o mesmo período (Tabela 12).

TABELA 11 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da cana-de-açúcar, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Escolaridade agregada após 2005		Brasileiros			Imigrantes Internacionais			
<b>3</b> - <b></b>	2006	2010	2017	2006	2010	2017		
Analfabeto	53.857	43.422	22.149	0	6	1		
Até 5ª Incompleto	154.385	152.734	89.268	1	5	14		
5ª Completo Fundamental	83.289	84.260	49.618	0	1	5		
6ª a 9ª Fundamental	77.817	94.960	76.028	4	5	10		
Fundamental Completo	43.902	63.724	55.829	2	5	13		
Médio Incompleto	27.384	38.004	38.929	0	2	14		
Médio Completo	62.849	109.460	141.077	10	43	47		
Superior incompleto	5.281	7.919	8.371	1	5	3		
Superior Completo	11.631	18.996	27.729	36	49	47		
Total	520.395	613.479	508.998	54	121	154		

**FIGURA 8** – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento da cana-deaçúcar, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



Em linhas gerais, a participação de imigrantes internacionais é pequena, com tendência de crescimento, a despeito de oscilante (Tabela 10). Se em 2006 havia apenas 54 registros de imigrantes, em 2011, esse número sobe para 161, em 2012 cai para 95, em 2015 volta a subir para 161, fechando a série com 154 vínculos (Tabela 10). Enquanto os imigrantes restringiam-se, no início do período, nos estratos de maior escolaridade e às ocupações de gerência e de profissionais das ciências e das artes, em 2017, esse grupo passa a conviver também com uma parcela importante de imigrantes de baixa escolaridade, ocupados nos trabalhos agropecuários e na produção de bens e serviços industriais (Tabelas 11 e 12). Entre o grupo de maior qualificação, destacam-se argentinos. Entre os de menor qualificação, os haitianos são protagonistas (Tabela 11 e Figura 8).

**TABELA 12 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da cana-de-açúcar, segundo grandes grupos ocupacionais Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais			Imigrantes Internacionais			
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	3.788	4.492	4.368	14	22	22
2 – Profissionais das ciências e das artes	5.947	9.218	10.866	14	22	20
3 – Técnicos de nível médio	13.847	20.626	22.979	5	15	7
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	21.883	29.860	28.562	6	10	13
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	16.813	20.516	17.972	1	4	8
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	341.399	360.918	251.127	5	13	47
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	64.987	96.914	98.723	2	25	16
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	28.935	37.454	32.535	4	3	7
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	22.779	33.471	41.839	3	7	14
Não classificado	17	10	27	0	0	0
Total – Seguimento Cana-de-Açúcar	520.395	613.479	508.998	54	121	154

## 2.5 O arranjo da carne de frango

Nos últimos 20 anos, a produção de carne de frango no Brasil cresceu 4,5 vezes, saindo de 2.358 toneladas em 1990, para 10.980 toneladas m 2010" (ESPÍNDOLA, 2012, p. 89). Acompanhando essa tendência, o rebanho de galináceos quintuplicou entre os anos de 1974 e 2017, passando de 200 milhões para quase 1,4 bilhões de cabeças (Gráfico 5). Em especial no período entre 2007 e 2013, verifica-se um salto surpreendente no efetivo de galináceos no país (Gráfico 5).

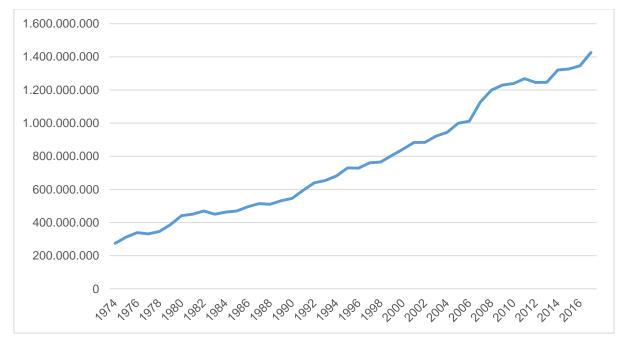


GRÁFICO 5 - Efetivo dos rebanhos (em cabeças) de galináceos. Brasil, 1974 a 2017

Fonte: IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo — NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Segundo Espíndola (2012), tamanho crescimento refletiu não apenas o aumento do consumo interno e internacional de carne de frango, como também a revolução tecnológica que alavancou a produtividade do setor. Na visão do autor, os programas de melhoramento genético implantados por empresas e órgãos estatais de pesquisa reduziram bruscamente as taxas de mortalidade animal, permitiram a drástica redução da idade de abate, acelerando o processo produtivo e a circulação de capitais no setor (ESPÍNDOLA, 2012).

Ao analisar as diferentes fases da mudança tecnológica na cadeia de carne de frango no país, Espíndola (2012) distingue três principais momentos no programa de melhoramento avícola brasileiro. O primeiro, entre os anos 1940 e 1960, corresponde a um intenso processo de substituição de tecnologias tradicionais por importadas, sobretudo dos EUA, visando ao aumento da produtividade para abastecimento do mercado doméstico e a redução da dependência externa.

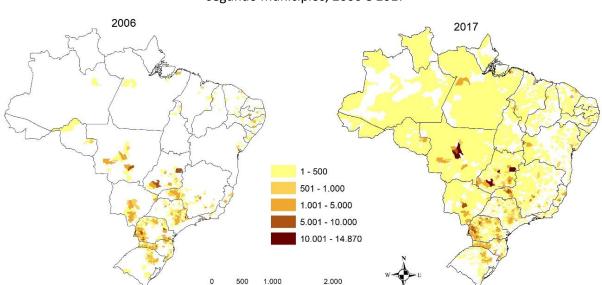
<sup>\*</sup>Nota: A pesquisa considerada não separa aves de outros galináceos.

Desse período, datam inúmeras políticas protecionistas de estímulo à produção nacional (ESPÍNDOLA, 2012).

"A segunda fase, entre 1970-1990, configura-se como uma nova etapa do processo substituidor de importações" (ESPÍNDOLA, 2012, p. 95). Com o fortalecimento de um sistema nacional de pesquisa, o Estado passou a financiar inúmeros "projetos nas universidades de Viçosa (MG), Santa Maria (RS), São Carlos e ESALQ-SP, bem como órgãos federais (EMBRAPA)" (ESPÍNDOLA, 2012, p. 96). A criação de uma "competência nacional na formação e desenvolvimento de linhas geneticamente superiores e comercialmente competitivas para a produção de carne e ovos" fez com que o país saísse de uma "condição de imitador retardatário" das principais tecnologias que dinamizavam o setor, para consolidar-se em uma posição de "imitador com grande capacidade de inovação" (ESPÍNDOLA, 2012, p. 96).

Por fim, a década de 1990 inaugura um novo ciclo de inovações, marcado "pelo intenso processo de entrada de grandes empresas multinacionais, o desaparecimento de outras e a redução dos investimentos por parte de instituições públicas e de empresas privadas nos programas de melhoramento genético no Brasil" (ESPÍNCOLA, 2012, p. 97). Sob atuação dos grandes grupos que comandam o setor, o intenso movimento de concentração de capitais coincide com a alteração dos rumos do desenvolvimento tecnológico, cada vez mais influenciado pela aquisição de pacotes fechados advindos do exterior (ESPÍNDOLA, 2012).

Esse novo contexto traz, também, importantes alterações no circuito espacial produtivo da carne de frango. Tradicionalmente concentrado nos estados do Sul e do Sudeste, o período atual marca a instalação de grandes unidades agroindustriais no Centro-Oeste (ESPÍNDOLA, 2012), acompanhando a expansão da produção de grãos nessa região (CARMO et al., 2018). Nesse contexto, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás destacam-se pela concentração de aves para engorda, ao lado das tradicionais regiões produtoras de carne de frango: São Paulo e o Sul do país, em especial o Oeste de Santa Catarina e do Paraná (Figura 9; ESPÍNDOLA, 2012).



**FIGURA 9** – Efetivo de aves (apenas frangas, frangos e pintos, para engorda) (mil cabeças). Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

**Fonte:** IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 942; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6943). Observatório das Migrações em São Paulo — NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

**Nota:** No Censo Agropecuário 2006, considerou apenas os estabelecimentos agropecuários com mais de 2.000 cabeças na data da pesquisa. Já no Censo Agropecuário 2017, esse número reduziu-se para 200 cabeças.

O crescimento do rebanho de galináceos (Gráfico 5) e da produção de carne de frango no país (ESPÍNDOLA, 2012) reflete-se no significativo aumento dos vínculos empregatícios: de 155.578 contratos, em 2006, para 239.615, em 2017 (Tabela 13). Ou seja, em onze anos, esse seguimento gerou 84.037 novos postos de trabalhos, a despeito de todo o processo de automação das granjas e frigoríficos (ESPÍNDOLA, 2012; Tabela 13). Com tendência de crescimento sustentado até 2011, os anos de 2012 e 2015 marcaram diminuições bruscas no total de vínculos, o que pode espelhar os efeitos da crise no mercado interno e internacional (ESPÍNDOLA, 2012; Tabela 13).

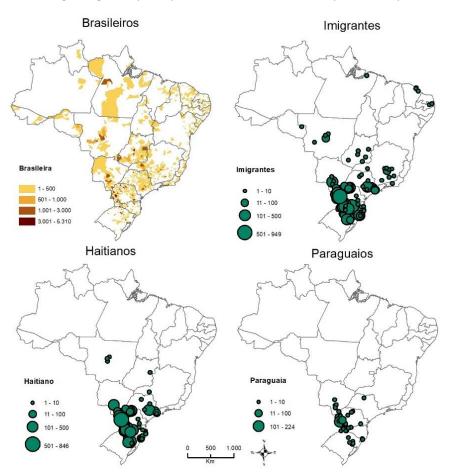
**TABELA 13 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne de frango, segundo principais nacionalidades Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileira	Imigrantes Internacionais	Haitiano	Paraguaia	Total
2006	155.532	46	0	12	155.578
2007	173.446	57	0	21	173.503
2008	172.751	61	0	20	172.812
2009	175.657	120	0	32	175.777
2010	180.215	194	0	29	180.409
2011	198.551	234	0	33	198.785
2012	178.752	445	204	45	179.197
2013	209.201	2.509	1.336	113	211.710
2014	217.894	5.402	3.021	254	223.296
2015	224.139	7.437	4.335	297	231.576
2016	206.715	5.705	3.196	329	212.420
2017	232.187	7.428	4.889	374	239.615

Dentre os seguimentos analisados, o da carne de frango destaca-se pela maior participação de imigrantes internacionais (haitianos e paraguaios, em sua maioria, sobretudo a partir de 2013. Nesse contexto, enquanto o ano de 2006 registrou apenas 46 imigrantes no setor, em 2017, esse valor é de 7.428, 4.889 (65,81%) dos quais de haitianos (Tabela 13).

Se os vínculos de brasileiros empregados no setor estão relativamente dispersos em todo o território nacional (ainda que mais concentrados no Centro-Oeste e Sul do Brasil), os contratos de imigrantes, em especial de paraguaios, estão majoritariamente no eixo entre o sul do Mato Grosso do Sul, oeste do Paraná e de Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul. Além dessa espacialidade, a distribuição de haitianos também se sobressai no estado de São Paulo (Figura 10). Esse fato remete a importância de se pensar a espacialidade desse setor conjuntamente à dinâmica da transição demográfica no país e, mais especificamente, as especificidades das regiões Sudeste e Sul nesse processo (CGEE, 2008).

**FIGURA 10** – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento da carne de frango, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



Diferente de todos os setores até aqui analisados, o agronegócio da carne de frango apresenta aumento considerável de vínculos empregatícios de baixa escolaridade, particularmente de analfabetos (Tabela 14). Entre os brasileiros, os contratos nessa faixa de ensino aumentaram de 1.376, em 2006, para 2.362, em 2017. Entre imigrantes, esse valor passou de 1 para 943 (Tabela 14). Ao mesmo tempo, o volume de contratos na faixa de escolaridade extrema também aumentou significativamente para nacionais e não nacionais (Tabela 13). Entre os brasileiros, os empregados com superior completo passaram de 2.857 para 12.755, entre 2006 e 2017: um aumento de quase dez vezes (Tabela 14).

TABELA 14 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne de frango, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Escolaridade Agregada após 2005		Brasileiros			Imigrantes Internacionais			
5	2006	2010	2017	2006	2010	2017		
Analfabeto	1.376	1.600	2.362	1	2	943		
Até 5ª Incompleto	10.588	14.756	14.213	2	59	768		
5ª Completo Fundamental	23.736	20.502	11.689	1	37	197		
6ª a 9ª Fundamental	36.447	40.755	33.750	7	33	1.529		
Fundamental Completo	26.931	27.620	26.723	6	10	1.291		
Médio Incompleto	16.736	20.368	24.274	5	12	869		
Médio Completo	34.266	44.719	102.471	10	31	1.711		
Superior incompleto	2.595	5.001	3.950	0	2	61		
Superior Completo	2.857	4.894	12.755	14	8	59		
Total	155.532	180.215	232.187	46	194	7.428		

Em linhas gerais, a baixa participação relativa de imigrantes nos grupos ocupacionais 1 e 2 (cargos de gerência, direção e de profissionais das ciências e das artes) contrasta com sua importância na produção de bens e serviços industriais, grupo no qual estão 6.229 dos 7.428 imigrantes empregados no setor (Tabela 15).

**TABELA 15 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne de frango, segundo grandes grupos ocupacionais Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais		Brasileiros			Imigrantes Internacionais	
	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	1.166	1.739	2.573	6	3	2
2 – Profissionais das ciências e das artes	1.131	2.002	3.168	4	2	6
3 – Técnicos de nível médio	5.828	8.892	14.104	3	7	56
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	7.205	9.710	15.195	5	14	216
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	5.711	7.462	11.564	0	2	131
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	23.059	26.387	24.557	7	4	48
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	28.444	39.507	55.888	8	18	728
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	79.079	80.940	99.796	12	141	6.229
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	3.908	3.575	5.333	1	3	12
Não classificada	1	1	9	0	0	0
Total – Seguimento Carne de Frango	155.532	180.215	232.187	46	194	7.428

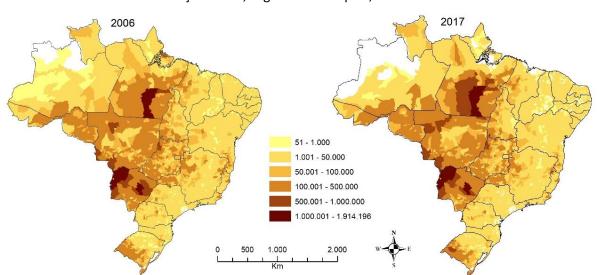
## 2.6 O arranjo da carne bovina

No Brasil, a criação de bovinos está historicamente associada a "uma espécie de patamar mínimo de presença do homem e da atividade econômica", sendo uma prática recorrente nas áreas de fronteira agrícola, com a expansão das pastagens acompanhando a permanente itinerância do processo de ocupação de terras no país (BRANDÃO, 2007, p. 95). Dentro dessa lógica, até o começo do século XX, o rebanho de bovinos espalhava-se em vastas porções do Nordeste (do Maranhão à Bahia) e do Rio Grande do Sul, assentado em uma divisão socioespacial do trabalho embrionária (MAMIGONIAN, 1976).

Tal cenário é radicalmente alterado com o crescimento econômico e populacional trazido pelo café, no estado de São Paulo, cuja expansão foi paulatinamente conformando o que Mamigonian (1976) denominou de Brasil Central Pecuário: a primeira grande área de pecuária alicerçada em uma ocupação sistemática, desigual e combinada do território brasileiro. Enquanto a pecuária leiteira prosperou nas mediações das duas grandes metrópoles nacionais da época — São Paulo e Rio de Janeiro —, as invernadas estenderam-se por todo norte e Oeste Paulista, atreladas à emergência de áreas especializadas na criação de bovinos no Mato Grosso, Goiás, norte e oeste de Minas Gerais (MAMIGONIAN, 1976). No âmbito dessa bem estruturada divisão socioespacial do trabalho, os frigoríficos proliferaram-se nas regiões de engorda, como mutação do complexo cafeeiro, voltados majoritariamente para o consumo interno (GONÇALVES, 1998).

No período entre as duas grandes guerras mundiais, a intensa desnacionalização do setor alterou radicalmente sua dinâmica (BINI, 2010; MAMIGONIAN, 1976). Segundo Bini (2010), tal fenômeno expressou não apenas o aumento do consumo de carnes nos EUA e Europa, como também inovações que facilitaram o transporte e armazenamento de carnes a longas distâncias (BINI, 2010). De acordo com Mamigonian (1976), o processo de desnacionalização dos frigoríficos nacionais foi interrompido no governo de Getúlio Vargas (1930/1945), período no qual a exportação desse produto chegou a ser proibida.

Nas décadas de 1960 e 1970, a oferta de inúmeras linhas de crédito para a construção de frigoríficos no país foi combinada com a emergência de uma pecuária mais intensiva em ciência e tecnologia (MAMIGONIAN, 1976; BINI, 2010). Ao mesmo tempo, verifica-se profundas alterações no circuito espacial da produção de carne bovina (BINI, 2010). No extremo norte paulista, as invernadas deram lugar à cana-de-açúcar, com os rebanhos sendo empurrados cada vez mais para o Oeste Paulista e Mato Grosso do Sul (BINI, 2010; Figura 11). Acompanhando a fronteira agrícola, a pecuária de corte concentra-se, hoje, no Centro-Oeste e Norte do país, adentrando fortemente nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Destaca-se, ainda, o extremo sul do Rio Grande do Sul (Figura 11).



**FIGURA 11** – Efetivo de bovinos (em cabeças) nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 cabeças. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 925; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6911). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

A intensa reconfiguração espacial desse circuito produtivo é acompanhada por grande expansão do rebanho de bovinos no país que, entre 1974 e 2017, mais que dobrou de volume, passando de um rebanho de 100 milhões para 200 milhões de cabeças (Gráfico 6). Esse fato reflete tanto o crescimento do consumo interno, alavancada sobretudo pelo aumento da renda nacional, como a dinâmica do mercado global atrelada à abertura de novos mercados no exterior, em particular entre os países asiáticos (PIGATTO; SANTINI, 2009). Na interpretação desses autores, entre os mercados tradicionais (EUA e Europa), a compra de carne brasileira é cada vez menor, seja por questões sanitárias, barreiras comerciais ou mesmo por estagnação da demanda diante das baixas taxas de crescimento populacional (PIGATTO; SANTINI, 2009).

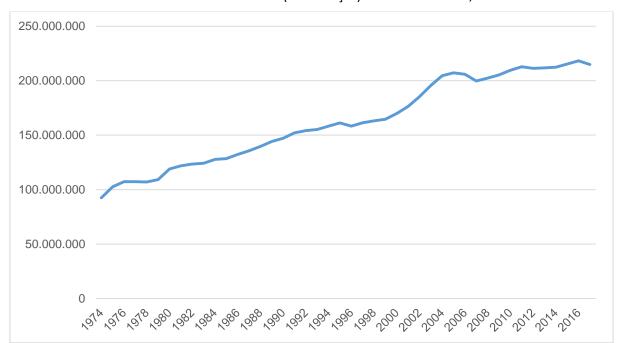


GRÁFICO 6 - Efetivo dos rebanhos (em cabeças) de bovinos. Brasil, 1974 a 2017

Fonte: IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

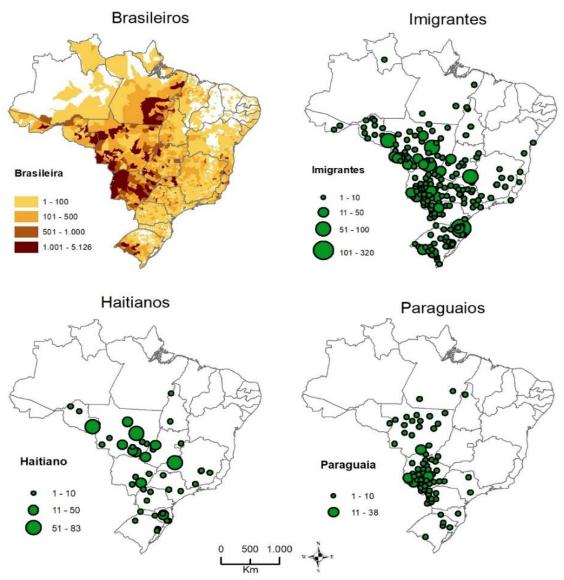
A evolução dos vínculos empregatícios no setor apresenta tendência de crescimento, porém com algumas descontinuidades (Tabela 16). Nos anos 2008, 2009 e 2016, por exemplo, verifica-se diminuição no total de contratos, os quais fecharam seus respectivos anos com 349.230, 348.392 e 380.564 vínculos ativos (Tabela 16). Ainda assim, considerando o início e o final da série histórica, foram criados 61.471 novos postos de trabalho (Tabela 16). Tal como no setor de carne de frango, registros de paraguaios remontam ao começo do período analisado, enquanto haitianos entram nesse seguimento particularmente em 2013, quando o número de contratos ativos alcança a marca de 270 vínculos, contrastando-se com os 25 do ano anterior (Tabela 16).

**TABELA 16 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne bovina, segundo principais nacionalidades Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileira	Imigrantes internacionais	Haitiano	Paraguaia	Total
2006	333.964	157	0	48	334.121
2007	354.287	187	0	46	354.474
2008	349.066	164	0	28	349.230
2009	348.216	176	0	45	348.392
2010	352.764	195	0	57	352.959
2011	359.135	195	1	60	359.330
2012	366.539	281	25	84	366.820
2013	379.161	795	270	117	379.956
2014	384.086	890	172	163	384.976
2015	384.324	1.112	307	189	385.436
2016	379.533	1.032	250	205	380.565
2017	394.164	1.428	481	228	395.592

A Figura 12 aponta para especificidades na distribuição espacial dos vínculos de trabalho entre brasileiros e imigrantes internacionais, haitianos e paraguaios. Brasileiros concentram-se no Centro-Oeste, Rondônia, Pará e extremo sul do Rio Grande do Sul. Imigrantes internacionais, por sua vez, quase não aparecem no Pará, embora estejam presentes em Santa Catarina e na região central do Rio Grande do Sul, onde o volume de vínculos de brasileiro é relativamente pequeno (Figura 12). Já os paraguaios concentram-se no Mato Grosso do Sul, enquanto os haitianos estão dispersos na faixa entre Rondônia, Mato Grosso, Goiás e o Triângulo Mineiro (Figura 12).

**FIGURA 12** – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento da carne bovina, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios



Diferente do verificado no setor de carne de frango, o seguimento da pecuária de corte bovina tem registrado redução significativa de vínculos de brasileiros analfabetos (de 12.676, em 2006, para 9.072, em 2017) e com o ensino fundamental de nove anos incompleto<sup>8</sup> (de 200.073 para 141.420), embora entre imigrantes internacionais esse número tem aumentado (Tabela 17). Também se destaca o crescimento de profissionais com médio e superior completos, os quais, entre brasileiros, passou de 35.931 para 131.627 e 6.145 para 15.188, respectivamente, no período 2006 e 2017 (Tabela 17).

\_

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Considera-se como ensino fundamental de nove anos incompleto a somatória das faixas de escolaridade "até 5ª incompleto", "5ª completo fundamental" e "6ª a 9ª fundamental".

TABELA 17 – Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne bovina, segundo escolaridade. Brasil, 2006, 2010 e 2017

Escolaridade agregada após 2005		Brasileiros			Imigrantes Internacionais			
	2006	2010	2017	2006	2010	2017		
Analfabeto	12.676	11.498	9.072	5	2	36		
Até 5ª Incompleto	65.397	62.372	48.874	23	26	130		
5ª Completo Fundamental	64.811	54.596	37.156	14	31	154		
6º a 9º Fundamental	69.865	65.598	55.385	29	31	229		
Fundamental Completo	51.379	52.023	56.091	31	19	325		
Médio Incompleto	24.800	29.383	36.860	5	6	148		
Médio Completo	35.931	60.727	131.627	18	43	367		
Superior incompleto	2.960	7.248	3.911	1	5	3		
Superior Completo	6.145	9.319	15.188	31	32	36		
Total	333.964	352.764	394.164	157	195	1.428		

Em se tratando da ocupação, enquanto imigrantes internacionais estão majoritariamente empregados na produção de bens e serviços industriais (cerca de 66% dos 1.428 vínculos de imigrantes estão nos grupos 7 e 8, em 2017), brasileiros concentram-se nos trabalhos agropecuários (214.996, ou 54%, dos 394.164 contratos ativos em 31/12/2017) (Tabela 18). Ademais, para as ocupações de dirigentes e de profissionais das ciências e das artes, os vínculos de brasileiros têm aumentado, ao passo que de imigrantes internacionais têm diminuindo (Tabela 18).

**TABELA 18 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da carne bovina, segundo grandes grupos ocupacionais Brasil, 2006, 2010 e 2017

Grandes Grupos Ocupacionais		Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
	2006	2010	2017	2006	2010	2017	
${\bf 1}$ — Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	5.988	7.869	8.757	20	27	14	
2 – Profissionais das ciências e das artes	3.457	4.906	5.353	8	9	6	
3 – Técnicos de nível médio	6.973	8.511	9.203	7	6	12	
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	14.271	21.213	21.178	11	12	47	
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	16.697	16.491	23.041	8	11	74	
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	191.586	201.647	214.996	79	101	326	
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	36.068	40.275	50.407	6	20	594	
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	52.749	47.679	56.356	13	8	352	
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	6.143	4.139	4.763	5	1	3	
Não classificado	32	34	110	0	0	0	
Total – Seguimento Carne Bovina	333.964	352.764	394.164	157	195	1.428	

## 2.7 Arranjo da laranja

A citricultura brasileira já nasce concentrada no estado de São Paulo e atrelada às demandas do mercado internacional (MAZZALI, 2000). O crescimento dessa atividade associa-se à crise da cafeicultura e à procura de outros produtos em expansão do consumo. Com fazendas já consolidadas e toda uma rede de transporte e comunicação herdado do café, as primeiras fazendas especializadas no cultivo de laranja surgiram ainda nos anos 1920, nas proximidades de Limeira. Os custos de produção competitivos da região logo atraíram as primeiras firmas exportadoras da fruta *in natura* (MAZZALI, 2000).

Mazzali (2000) pontua os anos 1940 e 1950 como a primeira grande crise do setor. De um lado, a Segunda Guerra Mundial provocou o declínio das vendas para a Europa. De outro, a incidência de doenças levou a perdas significativas de safra. Para o autor, na recuperação dessa crise, a intervenção do Estado foi central, oferecendo tanto subsídios e isenções fiscais aos produtores e empresas comercializadoras, como assistência técnica.

Com o fim da guerra e o reestabelecimento do comércio internacional, as décadas de 1950 e 1960 foram "de renovação e expansão da citricultura paulista" (MAZZALI, 2000, p. 114). No âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento da ditadura militar, o setor recebeu grandes incentivos públicos, fundamentais na difusão das inovações químicas e mecânicas que marcaram a revolução agrícola de meados do século XX (MÜLLER, 1985; DELGADO, 1985). Nesse cenário, surgem as primeiras indústrias processadoras de suco de laranja em Limeira, Matão, Araraquara e Bebedouro, alavancando também fábricas de embalagens, de maquinários e equipamentos diversos (MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003a).

Desse modo, a consolidação do complexo agroindustrial (DELGADO, 1985) citrícola, ao longo dos anos 1960 e 1970, "marcou uma nova etapa no desenvolvimento da citricultura" brasileira, com transformação da matéria-prima (fruta *in natura*) em produto industrial (suco concentrado de laranja) (MAZZALI, 2000). Já nesse período despontavam duas grandes empresas no setor – a Citrosuco, com sede em Matão, e a Cutrale, em Araraquara – ambas de origem nacional (MAZZALI, 2000; PEREIRA, 2019; ELIAS, 2003a). Juntos, esses dois grupos controlavam 65% da produção, entre fins de 1970 e início de 1980, seguidas da Cargil (de origem americana) e da Sanderson (italiana), as quais respondiam por outros 26% (MAZZALI, 2000).

Segundo Mazzali (2000), o crescimento da produção atrelada às unidades de processamento demandou formas mais articuladas de relação entre produtores e industriais. Consolida-se, então, o chamado "contrato a preço fixo", por meio do qual as partes negociavam, antecipadamente, ano a ano, "o preço da caixa de laranja de 40,8 kg 'no pé'" (MAZZALI, 2000, p. 126). De acordo com Müller (1985, p. 42), acordos como este constituíram verdadeiros "bloqueios" de inserção produtiva para a grande maioria dos agricultores. Ao mesmo tempo, os produtores inseridos tornaram-se cada vez

mais dependentes do dinamismo gerado por esses grandes grupos que, paulatinamente, foram assumindo o controle de toda a cadeia de produção (MAZZALI, 2000).

Com a colheita sob responsabilidade da indústria, com Silva (1999) e Silva e Menezes (2007) reforçam o papel conferido aos arregimentares: profissionais contratados unicamente para recrutar trabalhadores temporários tanto dentro do Estado de São Paulo, como em outras unidades da federação. As transformações estruturais em curso em regiões como o norte de Minas Gerais e do Paraná, além do sertão nordestino (avanço da agricultura de commodities, expropriações e demarcação de terras), somada às mudanças nas formas de gestão do emprego em São Paulo, intensificaram a divisão socioespacial do trabalho entre Nordeste e Sudeste. No bojo desse processo, são criados verdadeiros corredores da migração temporária de trabalhadores rurais assalariados que, todos os anos, inserem-se na colheita não apenas da laranja, mas também do amendoim, algodão, cana-de-açúcar e mesmo construção civil (SILVA, 1999; SILVA; MENEZES, 2007).

As constantes idas e vindas desses migrantes, articulando sempre os mesmos destinos e tempo de residência, estruturam o que as autoras conceituam como migração permanentemente temporária (SILVA, 1999; SILVA; MENEZES, 2007). Esses processos migratórios redesenham espacialidades tanto na origem (MACIEL, 2016), como no destino (PEREIRA, 2019). É desde essa perspectiva que a emergência das chamadas cidades do agronegócio paulista (ELIAS, 2003a) devem ser entendidas no âmbito das reestruturações de seus espaços da migração (BAENINGER, 1999), conjuntamente ao aparecimento de periferias migrantes (PEREIRA; BAENINGER, 2016).

O conjunto desses processos foram amplamente afetados pela crise de superprodução que abateu a citricultura brasileira, entre os anos de 1974 e 1976 (MAZZALI, 2000). Mais uma vez, Mazzali (2000) reafirma a atuação do Estado como fundamental no reestabelecimento do equilíbrio e retomada do crescimento do setor. Ao estabelecer preços mínimos e cotas de exportação, as políticas públicas alteraram a disputa concorrencial entre as empresas, contrapondo à tendência de concentração de capital. Também via restituição de impostos e outorga de subsídios, o Estado assumiu boa parte dos prejuízos acumulados. Conforme aponta Mazzali (2000, p. 123), o governo do São Paulo chegou inclusive a comprar uma fábrica "para resolver a crise criada pela falência da Sanderson". Nasce, assim, a Frutesp, empresa pública gerida pela Cooperativa dos Citricultores da Região de Bebedouro (MAZZALI, 2000).

Essas medidas permitiram a rápida recuperação do complexo agroindustrial citrícola. Em poucos anos, os pomares já se expandiam por novas áreas (Oeste Paulista e parte de Minas Gerais), levando novamente a uma crise de superprodução em fins de 1980 (MAZZALI, 2000). Diferente das outras crises, o endividamento do Estado impediu sua atuação como instituição socializadora das perdas (BRANDÃO, 2007). Ademais, a conjuntura internacional era outra: a superprodução de laranja adquiriu caráter global, com a formação de novas e mais complexas formas de proteção comercial.

Como discutido por Mazzali (2000), a década de 1990 assistiu à formação de blocos de cooperação econômica – como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (entre México, EUA e Canadá) e o Mercado Comum Europeu (futuramente, a União Europeia) – no âmbito dos quais a compra de laranja brasileira ficou limitada por pesados impostos. Segundo o autor, nas vendas para os EUA (maior consumidor do mundo), o México passou a ter vantagens tributárias desproporcionais. Na Europa, Israel, Marrocos e Grécia tinham tarifas preferenciais, enquanto "Itália e Grécia (membros da CEE) concorriam com tarifa zero" (MAZZALI, 2000, p. 121).

Sob os efeitos desse cenário, a busca por novos mercados voltou-se ao Japão, Coréia do Sul, Europa Oriental e aos países da antiga União Soviética. No entanto, a entrada nesses países dependia de maciços investimentos em propaganda e reorganização da produção em concordância aos critérios fitossanitários desses novos mercados (MAZZALI, 2000). Na perspectiva de Mazzali (2000), a inserção privilegiada de determinados grupos contribuiu com o movimento de fusão e aquisição, fazendo desse segmento um dos setores mais oligopolizados do país.

A reestruturação da produção empreendida por esses grupos associa-se a alterações na relação entre indústria processadora e citricultores (MAZZALI, 2000). O tradicional "contrato a preço fixo", comum entre 1960 e 1980, sucumbiu ao chamado "contrato por participação", majoritário a partir dos anos 1990 (MAZZALI, 2000, p. 124). Conforme argumenta Mazzali (2000, p. 27), a principal mudança incorporada por essa nova regulação foi a vinculação do preço da laranja vendida pelo citricultor "à cotação do suco na Bolsa de Nova York, viabilizando a participação do produtor nos ganhos (ou perdas) auferidos pela indústria no mercado externo" (MAZZALI, 2000, p. 127). Ao valor comercializado na bolsa, eram descontados os custos de processamento e comercialização, incluindo "colheita, transporte, administração e compras, frete para Santos, armazenagem e seguros, imposto e adicional de exportação, [...] frete e seguro marítimo" até o destino (MAZZALI, 2000, p. 127).

Na visão do autor, o contrato por participação aumentou consideravelmente o poder de barganha e negociação das empresas processadoras, seja por funcionarem como um cartel, "seja pela menor capacidade de aglutinação de forças das associações dos citricultores" (MAZZALI, 2000, p. 127). Além disso, "não se observou, por parte da indústria, a referida 'transparência' nas condições contratuais", por vezes adulteradas em função da "elevação excessiva dos custos de industrialização e de comercialização" (MAZZALI, 2000, p. 128). Levando em consideração esses fatos, Mazzali (2000, p. 129) conclui: "na busca pela manutenção de sua fatia [...], a indústria transferiu os impactos desfavoráveis da 'crise' para o segmento agrícola".

Durante a década de 1990, o contrato por participação passou por inúmeras alterações, com revisão no modelo de remuneração e maior diferenciação no tratamento dos citricultores (MAZZALI, 2000). Em primeiro lugar, o critério de pagamento ao produtor, antes auferido pela "quantidade média de frutas", foi substituído pelo "teor sólido solúvel" (MAZZALI, 2000, p. 130). No que tange os

custos de frete e colheita, os novos contratos deixaram de tratar os produtores integrados de forma igualitária, sobretaxando aqueles cujo pomar localizava-se mais distante da indústria processadora e que tinham menor produtividade. Como resultado, se os anos 1980 marcaram a expansão da citricultura para regiões cada vez mais afastadas do centro processador, como o Oeste Paulista e parte de Minas Gerais, a década de 1990 consolida uma tendência contrária: a concentração da produção no entorno das cidades com unidades industriais (MAZZALI, 2000).

Mazzali (2000) ressalta ainda o encarecimento dos custos de produção e as limitações orçamentárias e técnicas da maior parte dos citricultores. Os requisitos relacionados aos tratos culturais e fitossanitários exigidos na comercialização com inúmeros países ampliaram os pomares próprios, isto é, em terras arrendadas ou compradas pela indústria processadora. Nessas plantações, a produção "passou a representar uma espécie de 'laboratório' a céu aberto, que propiciava a experimentação e a incorporação de novas tecnologias" (MAZZALI, 2000, p. 141).

A virada do século 20 para o 21 marca novas alterações no circuito espacial produtivo da laranja (MAZZALI, 2000; NEVES et al., 2010). Junto à intensificação do processo de fusão e aquisição, que reforçou o monopólio dos tradicionais grupos que desde a década de 1960 atuam no setor (Cutrale e Citrosuco), os maciços investimentos em automação e informatização da produção aumentaram tanto o controle do trabalho, como o enxugamento do quadro de funcionários. Multiplicam-se as terceirizações, em especial na área de serviços de vigilância, jardinagem, refeitório e transporte das frutas do pomar à fábrica (MAZZALI, 2000).

O estabelecimento de parâmetros globalizados de produtividade levou à maior pressão por rendimento do trabalho, principalmente na fase da colheita, ainda hoje manual (MACIEL; 2016; PEREIRA, 2019). A despeito da maior fiscalização por parte do Estado, via Ministério Público do Trabalho, e de instituições da sociedade civil (Igreja Católica, universidade, sindicato dos trabalhadores), Maciel (2016) destaca a insalubridade dessa ocupação. As "colheitas em dias de chuva, exposição a pesticidas e animais venenosos na lavoura, falta de saneamento básico nos locais de moradia" marcam o dia-a-dia dos colhedores de laranja, de acordo com a autora (MACIEL, 2016, p. 143). Dentre os acidentes mais comuns estão "queda da escada; furo nos olhos, provocados por galhos ou espinhos; e, sobretudo, casos de alergias, coceiras, doenças respiratórias e câncer de pele, em virtude do uso indiscriminado de venenos nos pomares" (MACIEL, 2016, p. 144).

Vale destacar as mudanças na lei de acesso ao seguro desemprego e os impactos entre os trabalhadores rurais migrantes (MACIEL, 2016; PEREIRA, 2019). Em fins de 2014, a legislação que regula esse benefício alterou o tempo mínimo necessário à concessão do direito de seis meses para dezoito meses38. Por meio dessa nova regra, os trabalhadores rurais com emprego condicionado à safra não poderão mais acessar o seguro-desemprego ao término da colheita. Conforme discutem Maciel (2016) e Pereira (2019), a obtenção desse benefício é fundamental na dinâmica de

reprodução social dessa força-de-trabalho, influenciando as estratégias desses trabalhadores quanto ao tempo de permanência nos locais de origem e de destino.

O Gráfico 7 apresenta a evolução da produção de laranja no Brasil, entre 1974 e 2017. A despeito das oscilações intensas, a produção mantinha uma tendência de crescimento até os anos 2000. Nos últimos trinta anos do século 20, a quantidade de laranja produzida no país cresceu quase quatro vezes, passando de 30 milhões de tonelada em 1974, para quase 120 milhões de tonelada em 2000. A partir de 2001, observa-se uma brusca queda na produção, a qual é reduzida a menos de 20 milhões de toneladas: patamar inferior ao estimado no início da série histórica considerada (Gráfico 7).

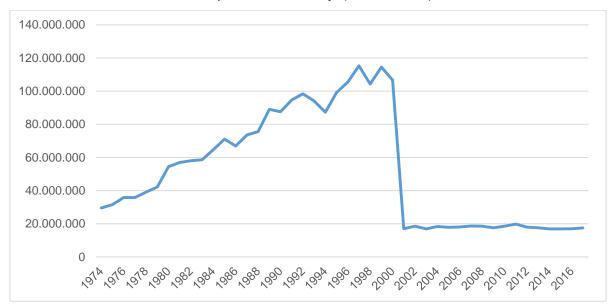
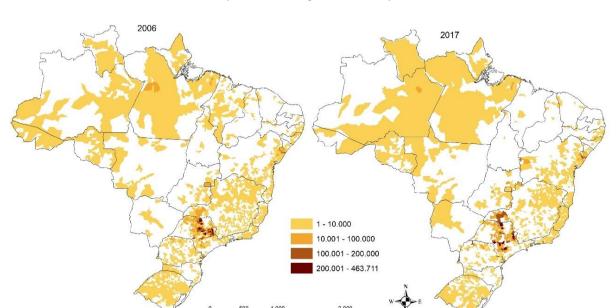


GRÁFICO 7 - Quantidade produzida de laranja (em toneladas). Brasil, 1974 a 2017

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Neves et al. (2010) identifica as restrições à venda para os EUA como uma das razões para a drástica redução da produção de laranja no Brasil. Mesmo com uma produção sensivelmente menor, São Paulo permanece como o principal produtor do país, respondendo por quase 70% da produção nacional ao longo de todo o século XXI (DEMÉTRIO, 2017). Em seguida, destaca-se a região do Triângulo Mineiro (Figura 13).



**FIGURA 13** – Quantidade produzida (em toneladas) de laranja, nos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés. Brasil, segundo municípios, 2006 e 2017

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário 2006, Tabela 1177; Censo Agropecuário 2017, Tabela 6955). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Nesse contexto de crise da citricultura e expansão do setor sucroenergético, o arranjo da laranja, estruturado no entorno de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro, em 2006, toma formas mais dilatadas em 2017, espraiando-se para Minas Gerais e Sudoeste de São Paulo (Figura 13). Para Mazzali, a reconfiguração desse circuito produtivo está associada à expansão canavieira. Segundo o autor, principalmente o citricultor menos capitalizado deixou de investir nesse segmento e passou a arrendar suas terras para cana, cuja produção toma conta das principais áreas agricultáveis do estado (MAZZALI, 2000).

As oscilações na produção refletem-se nas oscilações de vínculos empregatícios no setor, os quais somavam 66.202 contratos em 2006, chegaram a 84.970 em 2011, e finalizaram 2017 com pouco mais de 73 mil vínculos (Tabela 19). A participação de imigrantes internacionais é pequena, porém crescente, sobretudo a partir de 2015, com a entrada de haitianos. Ainda assim, em 2017, registrou-se apenas 54 contratos de trabalhos de estrangeiros, 32 dos quais do Haiti (Tabela 19).

**TABELA 19 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da laranja, segundo principais nacionalidades Brasil, 2006 a 2017

Ano	Brasileiros	Imigrantes internacionais	Haitiano	Portuguesa	Total
2006	66.188	14	0	2	66.202
2007	73.786	12	0	4	73.798
2008	79.574	10	0	2	79.584
2009	83.517	8	0	2	83.525
2010	58.468	9	0	3	58.477
2011	84.952	18	5	4	84.970
2012	70.440	9	1	1	70.449
2013	62.988	20	7	2	63.008
2014	63.435	15	5	0	63.450
2015	67.379	68	29	2	67.447
2016	57.602	35	16	2	57.637
2017	73.140	54	32	1	73.194

Fonte: Brasil (Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Na condição de principal produtor da fruta, São Paulo concentra a maior parte dos vínculos empregatícios, seguido da região referente ao Triângulo Mineiro (Figura 14). Imigrantes internacionais, sobretudo os haitianos, concentram-se nos municípios de Cerqueira Cesar (SP) e Atalaia (PR) (Figura 14).

Brasileiros

Inigrantes

1 - 1 00

101 - 500

501 - 1.000

1 1 - 2

3 - 13

**FIGURA 14 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12/2017, no seguimento laranja, segundo principais nacionalidades. Brasil, por municípios

**Fonte:** Brasil (Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Dentre os 73.140 vínculos de trabalho de brasileiros no setor, em 2017, 36.477 (ou 50,23%) não tinha ensino fundamental completo (Tabela 20). No entanto, o volume de contratos de trabalho de analfabetos diminuiu em relação a 2006, passando de 3.464 para 2.947. Em direção contrária, o total de vínculos com superior completo mais que dobrou: de 1.274, em 2006, para 2.758, em 2017 (Tabela 20). Considerando somente imigrantes internacionais, contratação de pessoas com baixa qualificação, aumentou. Nesse grupo, em 2017, 17 vínculos (31,4%) referiam-se a pessoas sem ensino fundamental completo, 21 (38%) com médio completo e 6 (11,11%) com superior completo (Tabela 20).

**TABELA 20 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da laranja, segundo nacionalidade e escolaridade Brasil, 2006 a 2017

F   1   1   1   7   200 F	Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
Escolaridade agregada após 2005	2006	2010	2017	2006	2010	2017
Analfabeto	3.464	2.527	2.947	1	0	1
Até 5ª Incompleto	11.659	8.976	9.946	0	0	2
5ª Completo Fundamental	21.266	12.861	15.073	1	0	9
6ª a 9ª Fundamental	9.479	7.751	8.778	1	0	5
Fundamental Completo	8.715	9.158	9.892	1	0	7
Médio Incompleto	2.874	3.986	5.140	1	1	2
Médio Completo	7.036	10.697	17.793	1	1	21
Superior incompleto	421	669	813	0	0	1
Superior Completo	1.274	1.843	2.758	8	7	6
Total	66.188	58.468	73.140	14	9	54

Fonte: Brasil (Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

Os processos de mecanização truncados nesse segmento, com colheita manual ainda hoje, fazem com que mais de 70% dos vínculos empregatícios de brasileiros refira-se ao trabalho agropecuário: isto é, 51.6535 dos 73.140 contratos vigentes em 2017 (Tabela 21). Entre imigrantes internacionais, 34 contratos (62.96% do total) compõem esse grupo ocupacional. Destaca-se, também, a participação crescente de dirigentes e de profissionais das ciências e das artes, grupo no qual o volume de vínculos de trabalho dobrou entre os brasileiros, no período 2006/2017, passando de 517, para 1.007 (Tabela 21).

**TABELA 21 –** Vínculos empregatícios formais ativos em 31/12, no seguimento da laranja, segundo nacionalidade e ocupação Brasil, 2006 a 2017

Crandes Crupes Ocupasionsis	Brasileiros			Imigrantes Internacionais		
Grandes Grupos Ocupacionais	2006	2010	2017	2006	2010	2017
1 – Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público	636	762	824	3	1	1
2 – Profissionais das ciências e das artes	517	772	1.007	2	3	2
3 – Técnicos de nível médio	1.089	1.734	1.976	0	1	4
4 – Trabalhadores de serviços administrativos	2.671	2.824	3.594	2	2	1
5 – Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	2.552	3.363	3.162	1	0	3
6 – Trabalhadores agropecuários, florestais e da pesca	52.044	40.179	51.653	4	2	34
7 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	4.078	5.646	6.096	0	0	7
8 – Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1.534	2.138	3.263	1	0	2
9 – Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção	1.061	1.050	1.564	1	0	0
Não classificado	6		1	0	0	0
Total – Seguimento Laranja	66.188	58.468	73.140	14	9	54

Fonte: Brasil (Ministério da Economia, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)). Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq/MPT.

## 3. Agronegócio e migrações internacionais: um balanço geral

As transformações nos circuitos espaciais da produção (CASTILLO; FREDERICO, 2010), na estrutura do emprego e na participação de imigrantes internacionais, em cada um dos setores analisados, indicam tendências gerais e características específicas a esses seguimentos. O arranjo da soja destaca-se pelo adensamento de suas regiões produtivas do Sul e Centro-Oeste, conjuntamente à expansão das áreas de cultivo no Norte e Nordestes do país (Figura 1). Junto ao aumento considerável da produção entre 2006 e 2017 (de 52,4 milhões de tonelada para 114,5 milhões) (Gráfico 1), tem-se a criação de quase 90 mil novos contratos de trabalhos (Tabela 1), em quase todos os grupos de escolaridade e de ocupação, mas, sobretudo, nas posições associadas ao topo da hierarquia ocupacional no setor (Tabelas 2 e 3). A participação de imigrantes internacionais, apesar de crescente, é pequena (531 registros, em 2017), majoritariamente composta de haitianos e paraguaios empregados nos trabalhos agropecuários e na produção de bens e serviços industriais (Tabela 3).

O arranjo do café, por sua vez, reforça a centralidade dos cafezais em Minas Gerais, Espírito Santo e Sul da Bahia, ao mesmo tempo em que se verifica a desagregação dessa atividade no Oeste Paulista e Norte do Paraná (Figura 3). Rondônia permanece uma localidade importante no circuito espacial produtivo da cafeicultura, porém reconfigurada diante da diminuição da produção no estado e surgimento de novas zonas no Amazonas e Pará (Figura 3). O total de vínculos empregatícios no setor tem caído sistematicamente (de 120 mil contratos, em 2006, para 104 mil, em 2017), apesar da produção manter-se estável (próxima aos 2,5 milhões de toneladas) (Tabela 4 e Gráfico 2). Na contramão dessa tendência, verifica-se surpreendente aumento dos registros com superior completo e das ocupações de direção e associadas aos profissionais das ciências e das artes e aos trabalhos administrativos (Tabela 6). Dentre os setores considerados, a cafeicultura registra a menor quantidade de vínculos empregatícios de imigrantes internacionais: apenas 40, em 2017, segmentada entre trabalhadores no topo e na base da pirâmide ocupacional, entre fluxos do Norte e do Sul Global (italianos e haitianos) (Tabelas 5 e 6).

O arranjo da celulose combina o crescimento da produção de madeira (de 55 mil metros cúbicos, em 2006, para 87 mil metros cúbicos, em 2017) (Gráfico 3), com reversão da tendência de interiorização da silvicultura (PERPETUA; THOMAZ JR., 2013) e adensamento dessa atividade nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Figura 5). O volume de contratos de trabalho – embora tenha passado de 25 mil para 35 mil, entre 2006 e 2017 – é o menor entre os setores analisados, com participação reduzida de imigrantes internacionais (somente 58 registros, em 2017), majoritariamente concentrada nas ocupações de maior qualificação e com destaque aos japoneses (Tabelas 7, 8 e 9).

O arranjo da cana-de-açúcar chama a atenção para a formação de uma grande região canavieira formada por São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul (Figura 7), além de seu intenso processo de mecanização, fenômeno que repercutiu no aumento da escolaridade média dos registros de trabalho e gradativa diminuição dos vínculos, a despeito do significativo aumento da produção. Se os contratos de trabalho passaram de 520 mil para 509 mil, entre 2006 e 2017, a produção saltou de 477 milhões de toneladas para quase 759 milhões nesse mesmo período (Gráfico 4). A participação de imigrantes internacionais também é pequena (154 registros em 2017), composta majoritariamente por fluxos proveniente do Sul Global e dividida entre um grupo no topo da pirâmide ocupacional (dos quais se destacam argentinos) e outro na base da hierarquia ocupacional do setor (haitianos, em sua maioria) (Tabelas 10, 11 e 12).

Dentre os seguimentos analisados, embora seja o setor canavieiro o que mais emprega no país, o arranjo da carne de frango destaca-se pela participação mais intensa de imigrantes internacionais: 7.428 contratos em 2017, número muito acima dos 46 registros de 2006, concentrados nas faixas de escolaridade mais baixas e nos trabalhos de produção de bens e serviços industriais (Tabelas 14 e 15). Levando-se em consideração o período analisado, esse seguimento gerou mais de 80 mil postos de trabalho (passando de 155.578 vínculos empregatícios em 2006, para 239.615 em 2017), em quase todos os estrados de escolaridade e ocupação, inclusive os de menor qualificação. A essa característica na estrutura do mercado de trabalho do setor soma-se a histórica importância do Sul do Brasil na indústria de carnes brasileira (ESPÍNDOLA, 2002) e o caráter mais avançado do processo de transição demográfica nessa região (CCGE, 2008). Nesse contexto, enquanto os assalariados do agronegócio do Sudeste e Centro-Oeste associam-se à migração interna (BERNARDES, 2007; SILVA; BUENO; MELO, 2015; MACIEL, 2016), no Sul, parcela importante desses trabalhadores são compostos por imigrantes internacionais, seja pelas características de sua dinâmica demográfica, seja devido às condições de trabalho nos frigoríficos (MAGALHÃES, 2017). Haitianos e paraguaios sobressaem-se como as principais nacionalidades, porém vale destacar a presença de outros fluxos migratórios do Sul Global na dinamização desse arranjo, como bengaleses, paquistaneses, senegaleses e ganeses.

A participação de imigrantes internacionais também é relevante na agroindústria da carne bovina. Em 2006, dos 334.121 contratos de trabalho estimados no setor, apenas 157 eram de imigrantes. Já em 2017, esse valor salta para 1.428 contratos, enquanto o total de registros sobe para 395.592 (Tabela 16). Tal como no arranjo da carne de frango, haitianos e paraguaios estão entre as principais nacionalidades, seguidos de outros países asiáticos e africanos. No entanto, diferente desse setor, as atividades relacionadas à pecuária bovina de corte têm registrado redução significativa de vínculos de brasileiros analfabetos (de 12.676, em 2006, para 9.072, em 2017) e com

fundamental incompleto (de 200.073 para 141.420), embora entre imigrantes internacionais esse número tenha aumentado (Tabela 17). Em se tratando da ocupação, com relação aos cargos de direção e de profissionais das ciências e das artes, observa-se tendência contrária: os vínculos de brasileiros aumentam, ao passo que o de imigrantes internacionais diminuem (Tabela 18). Observa-se, assim, tendências diferenciais de mudanças na hierarquia ocupacional de brasileiros e imigrantes internacionais no setor.

Por fim, com relação ao arranjo da laranja, as tradicionais regiões produtoras de Limeira, Matão/Araraquara e Bebedouro têm sua inserção no circuito espacial produtivo da citricultura reconfigurada diante da expansão do setor sucroenergético em território paulista e da crise no comércio internacional da laranja brasileira (MAZZALI, 2000; NEVES et al., 2010). Nesse cenário, a produção da fruta tem diminuído no país (de 18 milhões para 16,7 milhões, entre 2006 e 2017) (Gráfico 7), ao mesmo tempo em que as principais áreas de cultivo estão cada vez mais próximas aos estados de Minas Gerais e Paraná (Figura 13). A despeito da queda na produção, o total de vínculos empregatícios no setor passou de 66.202 para 73.194: um aumento de quase 7 mil contratos (Tabela 19). As informações quanto à escolaridade presente nesses registros apontam para a diminuição das contratações com baixa escolaridade e aumento dos vínculos de pessoas com superior completo, cujo volume mais que dobrou no período analisado, passando de 1.282 para 2.764 registros (Tabela 20). A participação de imigrantes internacionais é pequena, porém crescente, sobretudo a partir de 2015, com a entrada de haitianos. Para o ano de 2017, o setor registrou apenas 54 vínculos empregatícios de imigrantes, 34 dos quais nos trabalhos agropecuários (Tabela 21).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O apelo ao trabalho de imigrantes internacionais, comum no agronegócio dos países europeus e nos EUA, intensifica-se no Brasil em anos recentes. Seja por conta da queda persistente da fecundidade, seja em função da posição do país no cenário internacional, a tendência é que, cada vez mais, a migração internacional participe da produção de uma população excedente necessária à acumulação de capital (BAENINGER, 2014), tanto no topo como na base da estrutura sócio ocupacional (SASSEN, 1998). Por essa razão, junto às redes de recrutamento nacional de trabalhadores (SILVA, 1999; BERNARDES, 2007), despontar-se-ão, também, formas de arregimentação de mão-de-obra que se apoiam no mercado de trabalho global imigrante (GUARNIZO; SMITH, 1998), especialmente dentro das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012; BAENINGER, 2017).

No entendimento desse processo, é fundamental avançar em perspectivas de análise críticas ao nacionalismo metodológico evidente em grande parte dos trabalhos sobre migração

internacional (GLICK-SCHILLER, 2007). Ou seja, é preciso considerar a dinâmica de reprodução do agronegócio no Brasil como fenômeno conectado à reestruturação produtiva global, articulando-a, localmente, à produção de arranjos urbanos-rurais regionais (DEMÉTRIO, 2017) onde se concentram os mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 1991) responsáveis pela reconfiguração das hierarquias que tradicionalmente acomodaram os processos migratórios (BAENINGER, 2012). Segundo Glick-Schiller (2007), sem iluminar essas interconexões transnacionais, os estudos migratórios acabaram por reificar categorias como nativos e estrangeiros, Estado Nacionais e seus imigrantes internacionais, desconsiderando as migrações internas e internacionais dentre de um mesmo processo de mudança social (RENNER; PATARRA, 1980).

A crítica ao nacionalismo metodológico não significa, contudo, ignorar a importância dos Estados Nacionais no ordenamento dos fluxos migratórios internacionais (GLICK-SCHILLER, 2007). Ao contrário, são cada vez mais importantes os sistemas de emissão de vistos, passaportes e autorizações de residência. É nesse sentido que a consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais Sul-Sul (BAENINGER, 2017) precisa ser pensada paralelamente ao fechamento das fronteiras do Norte Global (PHELPS, 2014) e aos avanços da política migratória brasileira (ASSIS, 2018). Particularmente no caso da imigração haitiana — que redesenha a dinâmica da migração internacional e todos os sete seguimentos considerados — a participação do Estado é imprescindível na mobilidade interna dessa população e na inserção desse grupo no mercado de trabalho formal do país (BAENINGER, 2018).

Se a imigração haitiana reconfigura a participação de imigrantes internacionais nos estratos da base da pirâmide ocupacional, a migração no topo da inserção laboral do agronegócio, presente desde o início do período considerado, também assume novos contornos em anos recentes. Em um cenário de fortalecimento das relações Sul-Sul (MANRIQUE, 2012), esse fenômeno precisa ser contextualizado diante das dimensões transnacionais que mesclam aspectos da globalização por cima e da globalização por baixo (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003), da migração altamente qualificada e de menor qualificação. Ambos os processos são encontrados nos arranjos urbanos-rurais regionais do agronegócio, alterando não apenas as características, mas também os rumos da migração em território nacional (BAENINGER, 2014; CANALES; CANALES, 2013).

Ao mesmo tempo, é preciso compreender a presença crescente de imigrantes internacionais no Brasil à luz do movimento de queda da fecundidade brasileira, ligando a espacialidade dos processos transnacionais (SASSEN, 1998) à espacialidade da transição demográfica (CCGE, 2008) que, por sua vez, remete ao passado de migrações internas e internacionais de cada lugar. Desde essa perspectiva, o Sul do Brasil combina uma inserção transnacional intensa pela ação dos

frigoríficos com um acelerado processo de envelhecimento demográfico, redefinindo a dinâmica da população na região.

Para encerrar, é primordial analisar as particularidades com que a estrutura do emprego se altera em cada um dos setores discutidos como diferentes expressões de transformações mais amplas das relações de trabalho (SASSEN, 1998), corroborando para a configuração cada vez mais polarizada da migração internacional (VILLEN, 2015). Por um lado, a expansão do emprego de alta escolaridade, dos cargos de direção, gerência e de profissionais identificados pela Classificação Brasileira de Ocupação no grupo das ciências e das artes (engenheiros, biólogos, agrônomos) apontam os efeitos da revolução tecnológica característica do modelo *agrobusiness* de produção e a formação de novas identidades profissionais (GRAS; HERNÁNDEZ, 2013). Por outro lado, a dotação tecnológica das corporações transnacionais reduz significativamente o número de postos de trabalho criados e, sobretudo nas empresas ligadas à produção agrícola, cria um grande volume de trabalhos temporários precarizados (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Desse modo, junto aos ganhos em produtividade, a globalização intensifica o desemprego, subemprego e as múltiplas formas de exclusão social (SASSEN, 2014), na medida em que consolida um "excesso de população em relação às necessidades de trabalho", isto é, à quantidade de trabalho necessária à reprodução ampliada de capital (MÉSZAROS, 2002 *apud* BERNARDES, 2007, p. 13). A produção dessa população excedente na origem, no destino e nos vários pontos de passagem de migrantes internos e internacionais redefine a dinâmica da população em escala local, nacional e internacional, fazendo da rotatividade um aspecto primordial dos processos de redistribuição populacional contemporâneo (BAENINGER, 2012).

## **REFERÊNCIAS**

ASSIS, G. O. Nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, R. et al. (org.). **Migrações Sul-Sul.** 2. ed. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018. p. 609-623.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (coord). **Migrações venezuelanas.** Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, R. Cenários das migrações internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp:** um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

BAENINGER, R. et al. **Atlas temático**: Observatório das Migrações em São Paulo: migrações internacionais. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2017.

BAENINGER, R. Migrações internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN — ALAP, 6., 2014, Lima, Perú. **Anais...** Argentina: ALAP, 2014.

BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.

BAENINGER, R.; OJIMA, R. Novas territorialidades e a sociedade de risco: evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. **Papeles de Población**, México, v. 14, n. 58, p.141-154, 2008.

BAENINGER, R. **Região, metrópole e interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil – 1980/1996. 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

BERNARDES, J. A. Modernização agrícola e trabalho no Cerrado brasileiro. **Scripta Nova,** v. XI, n. 245, 2007.

BINI, D. L. C. Mudanças na pecuária de corte e algumas implicações sócio-espaciais na Região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, Presidente Prudente, SP, v. 2, n. 16, 2010.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Estatísticas de comércio exterior.** Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior. Acesso em: 18 maio 2020.

BREDOW, S. M. S.; LÉLIS, M. T. C.; CUNHA, A. M. O ciclo de alta nos preços das commodities e a economia brasileira: uma análise dos mecanismos externos de transmissão entre 2002 e 2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 3 (58), p. 695-731, 2016.

BRITO, F. et al. A transição demográfica e as políticas sociais no Brasil. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (coord.). **População e políticas sociais no Brasil:** os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

CANALES, A.; CANALES, M. De La metropolización a las agrópolis: el nuevo poblamiento urbano em el Chile actual. **Polis**, julio 2013.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980.** Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2011. (Texto para Discussão, n.193).

CARMO, R. L. et al. Urbanização e expansão da soja no cerrado: o caso de Lucas do Rio Verde (MT). **Textos Nepo 84,** Campinas, SP, 2018.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o Bioma Cerrado. **GEOgraphia**, Niterói, RJ, v. 17, n. 35, p. 95-119, 2015.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, MG, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Populações e políticas sociais no Brasil:** os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/18demografia\_livro\_2008\_6418.pdf/80852175 -0ebe-4e53-a623-d7c1852a7e7d?version=1.0. Acesso em: 18 maio 2020.

CORRÊA, D. S. **Fusões e aquisições nos segmentos carne bovina, óleo de soja e sucroalcooleiro.** 2012. 232f. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

DELGADO, G. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 2, n. 1, p. 79-97, 1985.

DEMÉTRIO, N. B. **Arranjos urbanos-rurais regionais:** o rural paulista no século 21. 2017. 290f. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

ELIAS, D. Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional. In: Encontro Nacional da ANPUR, 17., 2017, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2017.

ELIAS, D. Globalização e agricultura. São Paulo, SP: EdUSP, 2003a.

ELIAS, D. Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas, SP: Territorial, 2003b.

ESPÍNDOLA, C. J.; CUNHA, R. C. C. A dinâmica geoeconômica recente da cadeia produtiva da soja no Brasil e no mundo. **GeoTextos,** Salvador, BA, v. 11, n. 1, p.217-238, 2015.

ESPÍNDOLA, C. J. Trajetórias do progresso técnico na cadeia produtiva de carne de frango do Brasil. **Geosul,** Florianópolis, SC, v. 27, n. 53, p. 89-113, 2012.

FALCÃO, F. L. **O** circuito espacial produtivo de celulose no território brasileiro: a centralidade de Três Lagoas – MS. 2017. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, 2017.

FERNANDES, D.; FARIA, A. V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 1, p. 145-161, 2017.

FLORIDA, R. The rise of the creative class. New York, NY: Basic Books, 2012.

FREDERICO, S. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator,** Fortaleza, CE, v. 13, n. 1, p. 37-48, 2014.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1991.

GLICK-SCHILLER, N. Beyond the nation-state and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies. Essentials of migration theory. Bielefeld: COMCAD, 2007. (Working Papers, 33).

GONÇALVES, M. F. **As engrenagens da locomotiva:** ensaio sobre a formação urbana paulista. 1998. 339f. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1998.

GRAS, C.; HERNÁNEZ, V. **El agro como negocio:** producción, sociedad y territorios em la globalización. Buenos Aires: Biblos, 2013.

GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The locations of transationalis. In: GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. (ed.). **Transnationalism from below:** comparative urban and community research. New Brunswich: Transaction Publishers, 1998.

HAGE, F. A. S.; PEIXOTO, M.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil:** uma avaliação jurídica e econômica. Rio de Janeiro, RJ: Brasília, DF: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, 1795).

HARVEY, D. Os limites do capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, RJ, 2017.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, RJ, 2006.

MACIEL, L. M. **Entre o rural e o urbano:** processos migratórios de trabalhadores rurais do Alto Médio Canindé piauiense para região central do Estado de São Paulo. 2016. 308f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre os frigoríficos do Brasil Central Pecuário. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, SP, n. 51, p. 7-14, 1976.

MANRIQUE, L. E. El emergente eje 'Sur-Sur' global. Política Exterior, Madrid, 2012.

MAZZALI, L. **O** processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização 'em rede'. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2000.

MÜLLER, G. A dinâmica da agricultura paulista. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1985.

NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (org.). A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. p. 5-93.

NEVES, M. F. (coord.) et al. O retrato da citricultura brasileira. Ribeirão Preto, SP: Markestrat, 2010.

OLIVEIRA, R. A. D. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho:** expressões regionais na década de 2000. 263f. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 1999.

PEREIRA, G. G. **Migrações e agronegócio:** espaços na citricultura paulista. 2019. 184f. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019.

PEREIRA, G.; BAENINGER, R. Periferias migrantes: trabalhadores rurais do agronegócio citrícola em São Paulo (Brasil). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO, 8., 2016, Buenos Aires. **Anais...** [S. I.]: ALAST, 2016.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JR., A. Dinâmica geográfica da mobilidade do capital na produção de celulose e papel em Três Lagoas (MS). **Revista da ANPEGE**, João Pessoa, PB, v. 9, n. 12, p. 55-69, 2013.

PHELPS, E. D. South-south migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, [S. I.], 2014.

PIGATTO, G.; SANTINI, G. A. Internacionalização das empresas brasileiras frigoríficas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre, RS. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2009.

PORTES, A.; GUARNIZO, L.; LANDOLT, P. La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo. México: FLASCO; Miguel Angel Porrua, 2003.

PRATES, D.; MARÇAL, E. F. O papel do ciclo de preços das commodities no desempenho recente das exportações brasileiras. **Revista Análise Econômica,** Porto Alegre, RS, Ano 26, n. 49, p. 163-191, 2008.

REBORATTI, C. Desarrollo Regional y Territorios Privatizados. In: ACUÑA, C.; RIELLA, A. (org.). **Território, sociedad y región:** perspectivas desde el desarrollo regional y local. Montevideo: Faculdad de Ciencias Sociales, 2003.

RENNER, C. R; PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. F.; LEYY, M. S. F.; SZMRECSÂNYI, T. (org.). **Dinâmica da População:** teoria, métodos e técnicas de analise São Paulo: T. A. Queiróz Editora, 1980.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. Introducción. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org). **Asalariados rurales em América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo. 5. ed. São Paulo, SP: Editora da USP, 2013.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, SP: HUCITEC, 1993.

SANTOS, T. R. S.; SILVA, R. G. C. Cafeicultura em Rondônia: circuito espacial de produção, modernização e subordinação. **Geografia**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 145-163, 2017.

SASSEN, S. **Expulsions:** brutality and complexity in the global economy. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SASSEN, S. Sociologia da globalização. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SESSA, C. B.; SIMONATO, T. C.; DOMINGUES, E. P. O ciclo das commodities e crescimento regional desigual no Brasil: uma aplicação de Equilíbrio Geral Computável (EGC). São Paulo, SP: Blucher, 2017.

SILVA, J. G. Complejos agroindustriales y otros complejos. **Agricultura y Sociedad,** Madrid, n. 72, p. 205-240, 1994.

SILVA, M. A. M.; BUENO, J. D.; MELO, B. M. La simbiosis perversa: las máquinas y la degradación del trabalho en el Estado de San Pablo, Brasil. In: RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (org.). **Asalariados rurales em América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

SILVA, M. A. M.; MENEZES, M. A. Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões: **Revista Eletrônica do Nead,** Brasília, v. 1, p. 1-14 DF, 2007.

SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1999.

SPEROTTO, F. Q. Um panorama da matriz produtiva de celulose no Cone Sul: caracterização, configuração e produção. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, RS, v. 39, n. 4, p. 129-144, 2012.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. Agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). In: CANO, W. (org.). A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. p. 5-93.

TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social,** São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VAINER, C. B. Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... as novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: CASTRO, M. G. (coord.). **Migrações internacionais:** contribuições para políticas. Brasília, DF: CNPD, 2001.

VILLEN, P. Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e atual configuração polarizada. 2015. 284f. Tese (Doutorado) — Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281241. Acesso em: 18 maio 2020.

VISENTINI, P. G. F. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo 'soft'? As relações Brasil-África do Governo Lula. **Século XXI - Revista de Relações Internacionais,** Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 65-84, 2010.